UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH *CAMPUS* IX
COLEGIADO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

VANESSA DE MATOS OLIVEIRA

O PAPEL SOCIOAMBIENTAL DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA BAHIA (FUNDESIS)

BARREIRAS – BA

2020

VANESSA DE MATOS OLIVEIRA

O PAPEL SOCIOAMBIENTAL DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA BAHIA (FUNDESIS)

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia como um dos pré-requisitos para a obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Ma. Maria Anália Macedo de Miranda.

BARREIRAS – BA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

O48o Oliveira, Vanessa de Matos

O Papel Socioambiental do Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia (FUNDESIS) / Vanessa de Matos Oliveira.-- Barreiras, 2020.
69 fls : il.

Orientador(a): Profa. Ma. Maria Anália Macedo de Miranda.
Inclui Referências
TCC (Graduação - Ciências Biológicas) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.

1.Agronegócio. 2.Disparidades Sociais. 3.Responsabilidade Socioambiental.

CDD: 360

VANESSA DE MATOS OLIVEIRA

O PAPEL SOCIOAMBIENTAL DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA BAHIA (FUNDESIS)

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus IX, como requisito para a obtenção do Grau de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientador (a): Profa Msc. Maria Anália Macedo de Miranda.

Aprovado em: 18/12/2020

BANCA EXAMINADORA

Profa. Msc. Maria Anália Macedo de Miranda

Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católicas de Goiás - (PUC/GO)
Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus* IX

Prof. Me. Fábio de Oliveira

Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal da Bahia - (UFBA)
Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus* IX

Prof. Dr. Valney Dias Rigonato

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - (UFG)
Professor da Universidade Federal do Estado da Bahia (UFOB)

A Deus, que nos criou e possibilitou a conclusão desta tarefa e me deu coragem de enfrentar um novo mundo de possibilidades.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e ser a base das minhas conquistas.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pelo seu corpo docente, direção e administração, pois contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal.

À minha orientadora Ma. Maria Anália Macedo de Miranda, pelo seu suporte, conselhos, dedicação, paciência e amizade, pois sem isso não seria possível a conclusão do meu TCC.

Aos meus pais, Marleide de Matos Oliveira e Cândido Oliveira dos Santos pelo incentivo aos estudos.

Aos meus irmãos, Hilber de Matos Oliveira, Hildeson de Matos Oliveira e Tamires de Matos Oliveira pelo apoio que muitas vezes precisei durante o curso, essa conquista também é nossa.

Ao meu cunhado, Aldetino dos Santos Araújo pelo apoio nessa fase final de construção do TCC.

À Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) que contribuiu para a confecção dos dados da pesquisa, em especial a sra. Makena Viana Thomé pela sua receptividade.

Às minhas amigas, Adriana Maria dos Santos, Cíntia Meireles Santos, Juliana Luiz dos Santos e Nayra da Mata Passos, pelo imenso apoio e suporte nas horas difíceis.

Aos professores que aceitaram o convite para participar da Banca Examinadora desta monografia, professor Me. Fábio de Oliveira e o professor Dr. Valney Dias Rigonato pela sua contribuição na finalização do TCC.

Continuou ali sentada, com os olhos fechados, quase acreditou estar no País das Maravilhas, mas sabendo que bastaria abrir de novo os olhos e tudo voltaria à prosaica realidade […].

Lewis Carroll

RESUMO

Este é um estudo pioneiro que tem como objetivo geral discutir o papel socioambiental que o Fundo de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia (FUNDESIS) exerce na Região Oeste da Bahia. Além de identificar as instituições que estão associadas ao FUNDESIS, verificar os critérios adotados para a aprovação de projetos de natureza social e ambiental, bem como, observar a tríade da sustentabilidade (social, ambiental e econômico), defendida pelo respectivo Fundo. Por tanto, esta pesquisa é do tipo exploratória com abordagem qualitativa e foi utilizada como metodologia estudo bibliográfico cujo referencial é Santos (2008) e estudos de documentos institucionais. Fez-se uso de questionário semiestruturado como instrumento de coleta de dados e uso da técnica de entrevista aberta à Associação de agricultores e Irrigantes da Bahia/AIBA. Infere-se a importância que o agronegócio exerce na Região Oeste da Bahia e a necessidade da consolidação do FUNDO para o suporte socioambiental das instituições que atuam sobretudo no atendimento às crianças e jovens em condição de vulnerabilidade e risco social. Foi possível constatar que a grande produção de riqueza realizada pelos associados da AIBA contrasta socialmente com organizações sociais, não governamentais de baixo poder aquisitivo e populações locais em condição de pobreza e extrema pobreza. Assim, o que animou este estudo foi descobrir que a inserção do FUNDESIS tem fortalecido as instituições sociais e progredido em investimento uma vez que o produtor doa somente 1% de seus ganhos num cenário em que tem produtividade de grãos tem sido crescente na região. Espera-se que este estudo contribua para estimular o fortalecimento e o compromisso social do agronegócio com a Região Oeste.

Palavras-chave: Agronegócio; Disparidades Sociais; Responsabilidade Socioambiental.

ABSTRACT

This is a pioneering study that aims to discuss the socio-environmental role that the Bahia Integrated and Sustainable Development Fund (FUNDESIS) plays in the Bahia West Region. In addition to identifying the institutions that are associated with FUNDESIS, verify the criteria adopted for the approval of social and environmental projects, as well as observe the sustainability triad (social, environmental and economic), defended by the respective Fund. Therefore, this research is exploratory with a qualitative approach and was the bibliographic study whose reference is Santos (2008) and studies of institutional documents was used as methodology. A semi-structured questionnaire was used as an instrument for data collection and also use of the open interview technique to the Farmers and Irrigants Association of Bahia/AIBA. It is inferred the importance that agribusiness exerts in the Bahia Western Region and the need for the FUND consolidation for the socio-environmental support of the institutions that work mainly in assisting children and young people in vulnerability conditions and social risk. It was possible to verify that the great wealth production carried out by the AIBA members contrasts socially with social, non-governmental associations with low purchasing power and local places in poverty conditions and extreme poverty. Thus, what animated this study was to discover that the insertion of FUNDESIS has strengthened as social institutions and progressed in investment since the producer donates only 1% of his earnings in a scenario where grain productivity has been increasing in the region. This study is expected to contribute to stimulate the strengthening and social commitment of agribusiness with the West Region.

Keywords: Agribusiness; Social Disparities; Social and Environmental Responsibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução do Uso e Ocupação da Terra dentre os anos de 2005 a 2010 . 18
Figura 2 – Fluxograma dos Departamentos da AIBA 35
Figura 3 – Evolução dos Investimentos através dos Editais do FUNDESIS 37
Figura 4 – Quantitativo dos Projetos e Municípios Contemplados pelo FUNDESIS . 39
Figura 5 – Fluxograma das Entidades Filantrópicas Beneficiadas 40
Figura 6 – Organização do Momento da Pesquisa 41
Figura 7 – Organograma dos Dados das Ações de Desenvolvimento Social 43
Figura 8 – Compromisso da AIBA com as Questões Ambientais..... 45
Figura 9 – Organograma da Estrutura do FUNDESIS..... 46
Figura 10 – Evolução do PIB no Oeste da Bahia 54

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Índice de Gini por Municípios da Região Oeste da Bahia 30
Tabela 2 - Evolução Demográfica – 1991 – 2010 56
Tabela 3 - Famílias Cadastradas no Cadastro Único por Município 57
Tabela 4 – Evolução dos Índices de Desenvolvimento Humano..... 59

Lista de Quadros

Quadro 1 – Quantitativo de Perguntas Socioeconômicas 42
Quadro 2 – Quantitativo de Perguntas Relacionadas ao FUNDESIS 43
Quadro 3 – Desenvolvimento dos Cultivos Agrícolas..... 53

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABAPA – Associação Baiana dos Produtores de Algodão

ABR – Algodão Brasileiro Sustentável

AIBA – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia

APA – Área de Proteção Ambiental

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento

DATASUS – Departamento de Informática do SUS

EFA – Escola Família Agrícola

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FIAN – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada

FUNDESIS – Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDHM-E – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação

IDH-R – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

PAM – Produção Agrícola Municipal

PDA – Plano de Desenvolvimento Agropecuário

PIB – Produto Interno Bruto

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RSA – Responsabilidade Socioambiental

RTRS – Associação Internacional da Soja Sustentável

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SPRB – Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 REFERENCIAL TEÓRICO 17

2.1 Formação Histórica do Agronegócio na Região Oeste da Bahia 17

2.2 Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental do Agronegócio 24

2.3 Disparidades Sociais na Região Oeste da Bahia 28

3 MATERIAIS E MÉTODO 33

3.1 O campo da pesquisa 33

3.2 Caracterização da pesquisa 34

3.3 Os sujeitos da Pesquisa segundo os Documentos Institucionais da AIBA 35

3.3.1 O FUNDESIS segundo à AIBA 36

3.4 Instrumentos de coleta de dados 41

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 49

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 60

REFERÊNCIAS 62

APÊNDICE A 67

APÊNDICE B 69

1 INTRODUÇÃO

Nota-se que o perfil da agricultura brasileira mudou completamente após a adoção das práticas características da chamada Revolução Verde[1] que modificou o modelo do agronegócio (familiar) por meio da produção de larga escala e introdução de maquinários pesados. Ao passo que o agronegócio comemora os lucros obtidos através dos pacotes tecnológicos há um descompasso não só no fator social através da expropriação de terras das comunidades tradicionais levando ao êxodo rural, fato estes que demonstra as diferenças sociais que foram ressaltadas através da favelização de comunidades. Há também um descompasso relacionadas ao meio ambiente que favorece para gerar consequências ambientais que são perceptíveis como a poluição do ar, rio, desmatamento de florestas e a extinção de espécies, entre outros.

Ao longo dos anos, com a intensificação do crescimento econômico, os problemas socioambientais se agravaram e começaram a se contrastar com o desenvolvimento do agronegócio. Isto mostra que cada vez mais há relevância nas discussões sobre o Fundo Socioambiental, em específico o Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia (FUNDESIS). Por essa razão, tem particular importância quando se trata do seu papel socioambiental diante dos avanços ocorridos nas esferas social, ambiental e econômica. Fundada em 2006, com investimento que ultrapassa os 3 milhões até o ano de 2018 atendendo creches, escolas, centros culturais, orfanatos e abrigos que atendem bebês, crianças, jovens, adultos, portadores de necessidades especiais e idosos.

Por isto, a problemática deste trabalho de pesquisa pauta-se em discutir em que medida a inserção do FUNDESIS tem progredido em investimento socioambiental e assim responder ao agravamento dessas desigualdades.

O objetivo principal deste trabalho é discutir o papel socioambiental que o FUNDESIS exerce, de forma a evidenciar os avanços e desafios enfrentados no Oeste da Bahia. Objetiva ainda identificar as instituições associadas ao FUNDESIS. E ainda, verificar os procedimentos que são adotados para a aprovação de projetos de natureza social e ambiental, bem como, analisar o FUNDESIS, considerando a tríade da sustentabilidade (social, ambiental e econômico).

---

[1] Termo utilizado para se referir aos pacotes tecnológicos baseando-se no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Para tanto, foi utilizada como metodologia o estudo bibliográfico com a contribuição de autores destacando como referencial Santos (2008) e Mondardo (2010; 2013) e estudo de documentos institucionais da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA). Fez-se uso de questionário semiestruturado como instrumento de coleta de dados e uso da técnica de entrevista aberta à AIBA.

Este trabalho de pesquisa se estrutura com a discussão teórica, da Formação Histórica do Agronegócio na Região Oeste da Bahia, no 1º capítulo. Nele destaca-se a mudança da agricultura tradicional à agricultura modernizada e os processos de transformações do Cerrado decorrentes do apoio do Estado para com a “elite” do agronegócio. Adiante, aborda a Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental do Agronegócio e como estas se desenvolvem nesta região. Este capítulo finaliza de forma a retratar as disparidades sociais decorrentes da contraditória geração de riqueza e desigualdades sociais existentes no oeste baiano.

O 2º capítulo apresenta os Materiais e Métodos de modo que contemple o tratamento metodológico, o instrumento e técnica de coleta de dados, bem como, a explicitação do objeto desta pesquisa. No tocante ao objeto deste estudo, aqui faz-se a descrição formal do FUNDESIS, descrevem-se as ações socioambientais segundo os documentos institucionais da AIBA e o histórico de sua criação e importância na região. Destaca-se ainda, suas principais atividades e sua vinculação com a AIBA, sob o argumento de uma visão de sustentabilidade e desenvolvimento socioambiental para região.

Dado o exposto, o 3º capítulo trata da discussão dos dados e respectivas reflexões ensejadas pelo material de que se teve acesso. Pois, uma vez que os autores que referenciam este estudo se referem a fundos de natureza semelhante ao FUNDESIS, por não se identificar nenhum material específico deste. O que confere à temática a condição de recente e por isto, talvez, inédita embora este seja um estudo simples do nível de conclusão de curso de graduação. Contudo, não se pode omitir aqui a tentativa de desbravar este caminho ainda que é sabido dos riscos desta limitação ou mesmo de adentrar na imbricada teia de relação de poder da qual goza o agronegócio na região.

Espera-se que este estudo traga à Universidade mais uma nuance do agronegócio para que seja aprofundada e assim, engendrar a ampliação do compromisso da AIBA com as questões de natureza socioambiental no tocante aos impactos provocados pela agricultura intensiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Formação Histórica do Agronegócio na Região Oeste da Bahia

É de conhecimento geral que o meio natural sofreu modificações para suprir as necessidades humanas, que resulta no risco de esgotamento dos recursos naturais. Em consequência disso, a sociedade civil e empresas dos diversos setores começaram a discutir as questões ambientais a fim de minimizar os impactos gerados. A degradação do ecossistema geralmente está restrita ao modo que vem sendo utilizado os recursos naturais de forma irregular e ao crescimento populacional desordenado (SEIFFERT, 2009).

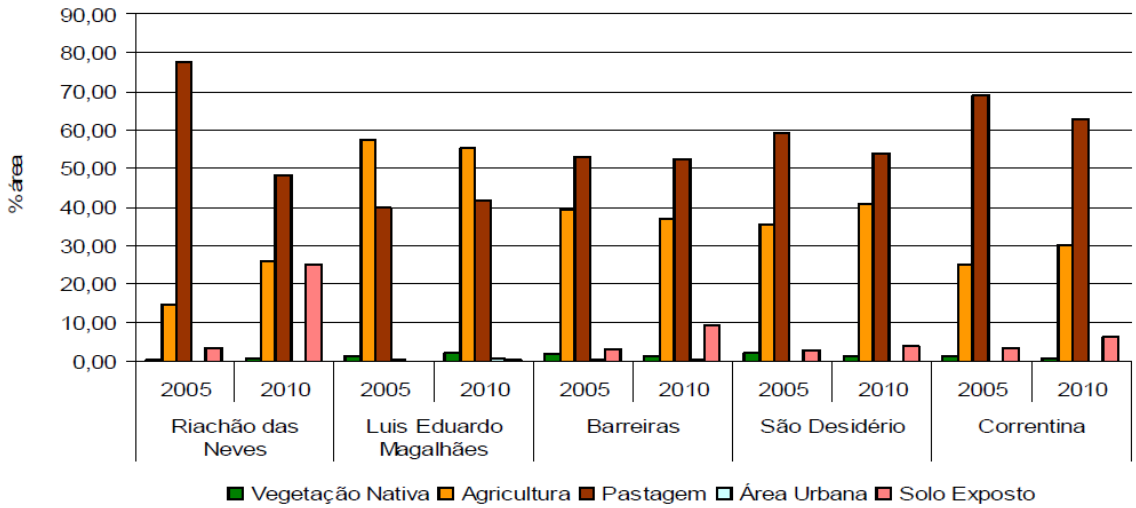
De acordo com Oliveira e Vieira (2018), a agricultura está presente em nossa sociedade desde o descobrimento do Brasil pelos portugueses em 1500 e mesmo antes com as comunidades indígenas em que a produção de alimentos era apenas de subsistência, mas, os produtos como o café e açúcar eram os produtos para fins de exportação sendo representativos na balança comercial. Antes da modernização alcançar as atividades agrícolas, usava-se tecnologias sem muitos aparatos e restrita à apenas algumas culturas. Por conseguinte, com o apoio do Estado o Brasil passou por mudanças no setor agrícola que chegou no oeste baiano e as terras que eram consideradas improdutivas se transformou em um celeiro de produção de grãos.

“Na história brasileira podemos dividir a agricultura em vários ciclos como a do pau Brasil, o do açúcar, o da pecuária de corte e, mais recentemente, o do café, que conquistou as matas do Sudeste e do Paraná” (OLIVEIRA; VIEIRA, 2018, p. 3). O processo de ocupação de terras na região do Oeste da Bahia começou pelo processo de imigração dos produtores da região sul através da expansão do cultivo de grãos, em especialmente a soja. O agronegócio começou a se desenvolver a partir da metade da década de 1980, sendo o responsável por esse desenvolvimento, o baixo valor de terras e o incentivo do Estado, transformando o solo para a agricultura empresarial altamente capitalizada e consequentemente, provocando a alteração do solo para a evolução do agronegócio (PASSOS *et al*., 2010). Em meados do século XX a agricultura era de subsistência e a pecuária extensiva, com a presença de poucos vilarejos e a falta da infraestrutura era um dos principais problemas da mesorregião Oeste, também conhecida como “Além do São Fancisco”. A construção das BRS: 135, 020 e 242 favoreceu para a valorização das terras nos Cerrados

baianos, pois antes da expansão rodoviária os rios era a principal via para o deslocamento de pessoas e mercadorias (OLIVEIRA; VIEIRA, 2018).

A Figura 1 apresenta um gráfico das mudanças de uso e cobertura das terras ocorrida entre 2005 e 2010. É perceptível que a vegetação nativa foi desmatada em decorrência do rápido desenvolvimento agrícola.

FIGURA 1: Evolução do uso e ocupação da terra dentre os anos de 2005 a 2010.



Fonte: PIMENTEL *et al*. (2011).

De acordo com o estudo de Pimentel *et al*. (2011) houve a redução da área com cobertura de pastagem e consequentemente o aumento da agricultura e solo exposto no município de Riachão das Neves. O município de Luís Eduardo Magalhães apresentou leve redução da área utilizada para agricultura e aumento da área de pastagem e vegetação nativa. No município de Barreiras apresentou redução da área de vegetação nativa e um aumento considerável na área de solo exposto, com relação a área de pastagem não houve alteração e apresentou redução na área destinada para agricultura. Os municípios de São Desidério e Correntina se destacaram pelo aumento da área agrícola e do solo exposto com redução na área destinada a pastagem e vegetação nativa.

Pode-se também mencionar que devido à difusão da agricultura para o surgimento do agronegócio, realiza-se uma modificação do modo de relacionar-se com o meio natural, pois a atuação da agricultura e pecuária exige a transformação do meio ambiente para adequar-se às suas necessidades (DIAS, 2011). Nesse viés, as sociedades apresentam diversos níveis de modernização que podem ser classificadas a nível mundial como modernas ou não, a partir de princípios

econômicos. Os agentes externos, ou seja, de fora das próprias regiões, para justificar as ações que visam profundas transformações do espaço rural se respaldam na teoria da modernização, que visa intensificar o uso de maquinários e insumos por meios de técnicas de mecanização nas lavouras (KARNOPP; OLIVEIRA, 2012).

Para Santos (2008) os pequenos produtores foram os que mais sofreram com a modernização na agricultura, pois, não conseguira competir com os altos investimentos dos grandes produtores, acarretando a minimização dos pequenos agricultores no momento atual. No que tange à agricultura brasileira, esta passou por um processo de transformações durante o pós-guerra, principalmente com o apoio imprescindível do Estado que propiciou a difusão da agricultura para o Cerrado. A introdução de maquinários, melhoramento de técnicas agrícolas e o uso intenso do agrotóxico difundiram uma forte reforma na agricultura advinda de um modelo de desenvolvimento capitalista do agronegócio passando por um processo chamado Revolução Verde.

A Revolução Verde foi um movimento que surgiu em decorrência de uma grande fome que assolava os países da África Subsaariana e Ásia Meridional, isso ocorreu mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial entre os anos de 1939 e 1945. Essa “Revolução” consistiu na criação de sementes geneticamente modificadas, por meio de tecnologia altamente avançadas, com o intuito de aproveitar bem o espaço onde se eram cultivadas e dessa forma obter maiores resultados.

Moura e Lavoratti (2012), relatam que a Revolução Verde veio para incentivar os grandes produtores, pois fez com que adquirissem mais terras e usassem tecnologias de ponta atendendo somente aos interesses próprios sem pensar nas consequências ambientais e sociais. Com esse *boom* da revolução, causou danos à saúde humana, pois se intensificou o uso de insumos agrícolas demasiadamente. Verificou-se que a partir desse período houve aumento na produtividade em larga escala, contudo, surgem as consequências que essa nova era trouxe consigo, seja ela na forma de expansão territorial ou na mudança ecossistêmica (FREDERICO, 2010). As mudanças ecossistêmicas são causadas exatamente pelos malefícios trazidos com o advento da Revolução Verde, que apesar de ter proporcionado grandes melhorias para a economia do país, e crescimento do agronegócio, trouxe consigo problemas que afetaram a saúde pública, êxodo rural e a ampliação do desmatamento.

Nesse sentido, para o Greenpeace (2018) o Estado nunca é associado como o principal investidor durante a modernização agropecuária brasileira. O Estado quando é lembrado, é associado à ineficiência de desempenhar as políticas públicas e de defender os interesses da sociedade. Quando se trata dos efeitos negativos da agropecuária, destinados principalmente aos efeitos socioambientais, como os desmatamentos, agrotóxicos e legislação trabalhista, o Estado é unânime em afirmar que cumpre a lei. Através dos investimentos realizados pelo Estado e bancos privados os principais beneficiários foram os agricultores que se apoiaram nas políticas agrícolas passando por um intenso processo de capitalização.

De acordo com Oliveira e Vieira (2018), em meados de 1973 houve a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além disso foi criado a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) com o compromisso de evitar iminente crise de desabastecimento alimentar devido a sua missão de fornecer soluções para pesquisa, desenvolvimento e inovação na agricultura. A criação desses órgãos possibilitou a exploração das terras consideradas inférteis sendo transformada em uma região com a agricultura extensiva e competitiva. A década de 1980 foi marcada pelos projetos como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) que visavam o desenvolvimento dos Cerrados.

Com a abertura dos mercados e a estabilização monetária pelo Plano Real, foi notório o crescimento de economias emergentes que culminou na demanda mundial por commodities agrícolas. No plano interno, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi desenvolvido pela Embrapa o “suíno light”, que favoreceu no acesso dos produtores a um animal que atendia às exigências do mercado. Em 2003 outro fato importante para a agricultura foi a legalização do plantio de variedades geneticamente modificadas, tais como a soja, o algodão em 2005 e o milho em 2008. Esses acontecimentos tornaram-se evidentes as transformações do setor agropecuário em um elemento chave para a economia brasileira. Sendo assim, hoje denominado como agronegócio (OLIVEIRA; VIEIRA, 2018).

Ressalta-se que, para haver um vínculo entre o Estado e o mercado é necessário que firmem parcerias em prol do desenvolvimento econômico. Para tanto, são oferecidos subsídios de crédito concedidos pelo Estado e a compra de títulos

futuros de posse territorial realizada pelas empresas financeiras que permitem que as empresas possuam êxito na perspectiva do fluxo territorial dos produtos agrícolas, sendo um fator determinante para a permanência e o domínio no mercado que assegure o rendimento. Este elo formado entre o Estado e o agricultor permite que haja a formação de estoque que irá assegurar a compra e venda dos produtos e a distribuição dos mesmos em seu devido tempo, tornando esse sistema eficaz no seu funcionamento (FREDERICO, 2010).

> "Esses incentivos estatais às grandes empresas e proprietários contrapõem-se fortemente a uma série de omissões em relação às obrigações do Estado brasileiro de respeitar, proteger e promover os direitos humanos fundamentais dos povos tradicionais [...]" (FIAN, 2018, p. 76).

Dessa forma e sob tal complexidade, a partir das fortes forças econômicas e políticas oriundas de outras regiões para os espaços do Cerrado da Bahia foi o princípio do processo de ocupação territorial por meio da produção da nova dinâmica. Muito se tem discutido sobre a forma polêmica como o Cerrado baiano foi ocupado pois, houve a apropriação de terras de forma inadequada através de grilagens amparadas por políticas públicas extremamente desiguais por meio da regularização fundiária. A forma pelo que se ocorreu a ocupação de terras apresentaram características excludentes pois a concentração de terras e rendas foi para um determinado grupo de agricultores e apesar de passados 30 anos a região apresenta o maior índice de Gini (SANTOS, 2008).

De acordo com Elias e Pequeno (2007) dentre as principais consequências deste processo de modernização do campo destaca-se a diminuição da biodiversidade, diminuição da agricultura de subsistência, destruição dos saberes e fazeres historicamente conhecidos, aumento da concentração fundiária, expropriação de agricultores que não detém de documentação de posse de terras, o crescimento desordenado de algumas cidades que tem como consequência o aumento das periferias urbanas e a falta de infraestrutura adequada, dentre outras consequências que prevalecem até hoje.

No tocante à questão social para Mesquita (2016, p. 143) *apud* Mesquita (2011a, p. 15-16),

> "[...] percebe-se que as altas taxas de crescimento sejam do agronegócio ou mesmo da economia como um todo em anos recentes, não têm dado cabo nem ao menos de estabilizar as condições básicas de vida da população, pois a exclusão social ainda campeia uma enorme parcela da população da

> região. Ao contrário, o modelo econômico vigente tem sido padrasto da maioria da população, especialmente a rural, e dentre desta os grupos que formam os povos e comunidades tradicionais, como os agros extrativistas, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, etc".

Assim formou-se o MATOPIBA[2], que dentre outros, se caracteriza pelos conflitos fundiários relacionados ao acesso e à qualidade da água nas comunidades tradicionais. Essas contradições que em apenas três décadas passou-se de uma região vista sem futuro para ser uma das fronteiras mais cobiçadas, responsável por aproximadamente 10% da produção nacional de grãos. No MATOPIBA se encontra 10 dos 100 municípios que mais crescem em tamanho de população no país (GREENPEACE, 2018).

Segundo o Relatório elaborado pela FIAN - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada (2018) as monoculturas de soja começaram a se desenvolver na região do MATOPIBA a partir do início dos anos 2000 e estão em crescente desenvolvimento desde então. A falsificação de documento da posse de terras é algo recorrente na região, pois é uma forma de legitimar a propriedade de terras adquiridas ilegalmente. Por conseguinte, o Fundo de pensão dos EUA, TIAA, possui mais de 300 mil hectares de terras no Brasil e um terço dessas terras estão na região do MATOPIBA.

A população local sofre com graves consequências devido a expansão do agronegócio, tais como, o desmatamento consequentemente há a perda da biodiversidade e da contaminação generalizada do solo, da água e do gado por agrotóxicos. Por fim, a população local está perdendo suas terras que são agravadas pela destruição de seus meios de subsistência, ruptura nas comunidades e insegurança alimentar e nutricional (FIAN, 2018). "É necessário a adoção de medidas pelos Estados envolvidos para assegurar os direitos humanos das comunidades afetadas e responsabilizar os agentes financeiros envolvidos" (FIAN, 2018, p. 7).

> "O Estado brasileiro – a nível federal, estadual e municipal – violou suas obrigações relativas aos direitos humanos ao promover o avanço do agronegócio na região, ao não proteger a população local das ações dos grileiros locais, das empresas do agronegócio e dos investidores, e ao não estabelecer uma prestação de conta. Em específico ele não respeitou e protegeu o direito coletivo à terra da população local e as maneiras específicas com que eles utilizam e administram seus territórios" (FIAN, 2018, p. 6-7).

---

[2] MATOPIBA é um acrônimo para denominar uma região de 73.173.485 hectares que ocupa parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

O MATOPIBA é parte do Cerrado com uma imensa biodiversidade de fauna e flora sendo que três aquíferos mais importantes do Brasil estão localizados nesta região. Destaca-se o aquífero Urucuia considerado um dos mais importantes do país está sendo explorado diretamente para a irrigação das lavouras pondo em risco todo o ciclo hidrológico que mantém vivo a bacia do rio São Francisco, com 80% da área localizada no Oeste da Bahia. O agronegócio utiliza por meio de poços cada vez mais fundo para a captação de água, em torno de 75% de seu volume foi retirado para a irrigação da agricultura, consequentemente o suprimento da água está diminuindo, que antes era abundante e de boa qualidade, chegando ao ponto de ser preciso abastecer as comunidades tradicionais através dos caminhões-pipa para o abastecimento de água (LUZ, 2017).

Por conseguinte, o Oeste da Bahia é um centro de contrastes, de um lado a economia desenvolvida e de outro a falta de infraestrutura adequada. Com a expansão do agronegócio houve aumento da população de forma desordenada, surgindo inúmeras limitações na saúde, educação e saneamento básico, em contraste com aqueles que possuem maior poder aquisitivo essa situação pode ser facilmente verificada nas diferenças entre os bairros como por exemplo, o Jardim Paraíso e o Santa Cruz na cidade de Luís Eduardo Magalhães, o primeiro, um bairro estruturado e organizado e, o segundo, falta de infraestrutura adequada e populoso (SANTOS, 2016).

A maioria da população não foi beneficiada pelo processo de “desenvolvimento econômico”, pelo contrário, sempre foi excluída. Esse “sucesso econômico” é acometido pela falta de planejamento econômico sendo sinônimo de crise social e ambiental. A modificação da agricultura tradicional pela agricultura moderna veio acompanhada pela redução de força trabalho, sendo assim, gerando redução de emprego e altos índices de destruição ambiental, pois não houve uma generalização da modernidade da agricultura (MESQUITA, 2009).

Isso nos leva o contraste no oeste baiano que sobressai no contexto das grandes áreas produtoras da cultura de soja, milho e algodão herbáceo, além de evidenciar um elevado crescimento demográfico e econômico, sendo responsável pela principal elevação do Produto Interno Bruto (PIB) da região (ILARIO, 2013). De acordo com dados do Governo do Estado da Bahia o PIB per capita médio “[...] para o estado é de R$ 13.616, para o conjunto dos cinco municípios (Barreiras, Correntina,

Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto e São Desiderio), fica em R$ 33.648” (SEI, 2017, p. 28). Na região encontram-se instaladas importantes empresas processadoras de soja, como a Cargill e a Bunge Alimentos além de empresas que prestam serviços especializados ao agronegócio.

Diante da presença dos estrangeiros na região do MATOPIBA, o Cerrado passou a ser integrado no discurso ambiental dentro das organizações não governamentais que atuam no campo das problemáticas ambientais. Nesta área do bioma Cerrado se concentra boa parte da vegetação nativa e tem despertado interesse de investimento internacional nessa área. Para tanto, houve uma ampliação expressiva de políticas sociais para amenizar o contraste social com o capitalismo sob os efeitos negativos da agricultura moderna (GREENPEACE, 2018).

Nesse cenário surgem as associações ou cooperativas, com o intuito de abranger o desempenho do agronegócio com a responsabilidade social e ambiental. Na região Oeste da Bahia destaca-se a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), principal entidade representativa da região para promover o crescimento socioeconômico do Oeste do Estado (AIBA, 2020) que será apresentado no segundo capítulo desta pesquisa.

2.2 Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Agronegócio

Formado por uma comissão reunindo representante de diversos países, no qual o Brasil está inserido, o Relatório de Brundtland conceitua o desenvolvimento sustentável da seguinte forma: “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

O Relatório enfatiza o conceito de sustentabilidade, entende-se com isso, que o crescimento e o desenvolvimento econômico podem alterar o ecossistema físico, mas se haver planejamento estratégico dessa alteração podem não ser ruim se levarem em conta os impactos gerados. Não é necessário esgotar os recursos renováveis desde que sejam usados de modo correto levando em conta os limites de regeneração e o crescimento natural (CMMAD, 1991). Por isso a importância de conservar e cuidar do meio em que se vive, isto é, também pensar ações que possam propor o melhoramento do meio ambiente e dessa forma explorar os recursos naturais existentes, de maneira consciente e principalmente sustentável.

Nota-se, a importância da responsabilidade a qual agrega os setores econômicos, pois os valores da sociedade passaram por transformações marcando uma nova era que concilia modernização com práticas de exploração ambiental, de modo, que gere visibilidade na imagem da empresa, e retorno tanto em custo benefício quanto ambiental (DONAIRE, 2006).

Sem dúvida, a sociedade tem-se tornado participativa adquirindo caráter decisivo nas organizações do setor privado e público da economia o que tem afetado na mudança de atitude por parte das organizações, determinando estratégias para consolidar as práticas sustentáveis (DIAS, 2011). As organizações têm assumido um papel valioso para a formação de uma sociedade sustentável e igualitária, sendo de grande valia para ambas as partes (OMETTO *et al*., 2015). Dessa forma, proporcionando às empresas uma nova forma de convívio com o meio ambiente, frente aos problemas que surgem ao longo do tempo de aproveitamento do natural (TACHIZAWA, 2011). Uma empresa com visão sustentável deve estar regida de acordo com valores éticos e sociais, pois a sua imagem estará associada à responsabilidade social, estando assim, preparada para a competitividade empresarial.

A princípio, a palavra responsabilidade vem sendo discutida há muito tempo e implica nas questões políticas e filosóficas, assim sendo originado a partir de discussões nas civilizações clássicas (RAMOS *et al*., 2015). A responsabilidade socioambiental pode ser entendida como prática social e ambiental sendo desenvolvida de forma voluntária pelas empresas, visando ao desenvolvimento da qualidade de vida da sociedade (DOMENICO *et al*., 2015).

Sob o mesmo ponto de vista o termo Responsabilidade Socioambiental (RSA) a partir das discussões sobre o seu significado e importância vai sendo construído sob a relação empresa-sociedade com base nas necessidades do momento e ações que visam à prevenção dos mesmos, ficando clara que essa temática possui uma visão limitada até meados de 1950 e aos poucos se desloca para uma visão amplificada, multidimensional, complexa e integradora.

Conforme Berté (2012, p. 155) “a gestão ambiental no Brasil continua em discussão, com avanços e recuos; no entanto, as questões ambientais encontram-se cada vez mais interligadas com as políticas públicas”. Nesse contexto, surgem as políticas de responsabilidade socioambiental; incentivos a investimentos ambientais e

organizações não governamentais com o intuito de trabalhar medidas preventivas e combate ao extrativismo ambiental acentuado e às diferenças socioeconômicas.

A gestão ambiental vem sendo amplamente discutida a partir de 1980 através da preocupação com o ser humano. Na década de 1990 o tema planejamento ambiental foi incluído no plano diretor municipal, obtendo informações relevantes sobre questões sociais e ambientais (SANTOS, 2004). Atualmente, o decreto presidencial nº 8.447 de 2015 foi o auge da construção social do MATOPIBA, assinada por Dilma Rousseff e pela sua Ministra da Agricultura.

Esse decreto estabelece o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA e criação da Agência de Desenvolvimento da região, assim como a elaboração de seu plano diretor (GREENPEACE, 2018). Para tanto, surgem leis e normas a fim de possibilitar o crescimento sustentável alinhado ao crescimento econômico, estabelecendo estratégias que visem ao bem-estar social garantindo assim, condições favoráveis para o seu desenvolvimento.

Ramos *et al*. (2015) revelam que certamente a falta de políticas públicas que revertam a situação excludente causada pela concentração de renda nas mãos de pequenos grupos, gera um cenário de exclusão social permitida pelo Estado através da má qualidade de serviços básicos oferecidos à população afetada e da proliferação de políticas públicas assistencialistas que visam sanar problemas pontuais sem planejamento de ações para execução a longo prazo. A exclusão social também se refere aos prejuízos causados para os potenciais trabalhadores, como micro e pequenas empresas e negócios artesanais através do desenvolvimento tecnológico.

Com as transformações ocorridas no modelo da agricultura implantado, ocorre a divisão social e territorial do trabalho, ocasionando impactos na estrutura demográfica e do emprego, que culminam com acelerado processo de urbanização (MONDARDO, 2010). Além disso, com o desenvolvimento do agronegócio, as questões socioambientais ficaram mais expostas e alvos de discussões na sociedade devido à visão unilateral, sendo formadora de injustiças sociais e irregularidades ambientais, sendo considerado um dos principais agravantes na paisagem regional, por conseguinte a culpa incide nas organizações que constituem esse segmento. Faz-se necessário a mudança da forma que os gestores do agronegócio atuem sobre as questões socioambientais, construindo assim um modelo de atuação de Responsabilidade Socioambiental com bases sustentáveis relacionados aos problemas diagnosticados (RAMOS *et al*., 2015).

Ao mesmo tempo, o trabalho análogo à escravidão ainda persiste no Brasil, principalmente em fazendas modernizadas, mas essa face obscura é escondida. No Oeste da Bahia, isso não é diferente, é associado como um dos principais municípios que faz uso do trabalho escravo. É nesse sentido que se observa que há um descompasso entre o crescimento econômico e o crescimento social (MONDARDO, 2013).

Com o propósito de entrar em um mercado competidor diversas empresas passaram a desenvolver gestão ambiental proativa, em busca de incorporar temas como a sustentabilidade corporativa, tema esse que é discutido nos mais variados setores da economia e atualmente não são raros os casos que podem ser observadas dentro da instituição, perceptíveis ainda mais após os anos noventa. Nos países em desenvolvimento, temas como a sustentabilidade ambiental são discutidas em segundo plano, por focalizarem para o desenvolvimento econômico, consistindo em um modelo de gestão que revela um atraso nas estratégias econômicas de pelo menos quarenta anos (REPÓRTER BRASIL, 2011).

Segundo os estudos de Ramos *et al*. (2015), constataram que no quesito social o agronegócio corrobora diversos problemas que são afetados principalmente nas comunidades rurais pelo uso agroquímico e migração de pessoas para a região, causando má distribuição de renda, falta de segurança e um déficit na área da educação afetando principalmente a população menos favorecida. Ainda de acordo com o autor na dimensão econômica não é fácil encontrar emprego, principalmente quando exige mão-de-obra qualificada.

Sobretudo, de acordo com Mondardo (2013) para que Barreiras e Luís Eduardo Magalhães pudessem ostentar o nome que carregam hoje de “territórios de prosperidade” de centro ou polo do agronegócio, passaram por fortes processos de modernizações na agricultura, investimento pesado, mas, a sociedade paga até hoje um alto preço, através da falta de estrutura adequada para suportar o processo rápido da urbanização de forma desigual em suas áreas e o uso abusivo dos recursos naturais. Ainda de acordo com o autor, ocorre dessa maneira, a segregação sócio espacial, destacando facilmente as camadas mais beneficiadas pelo agronegócio, das que sofreram pela instauração dela na região. Ao longo dos anos registraram mudanças no quadro econômico no Estado da Bahia, mas, não foram suficientes para haver alterações nos modos de produção e o quadro de desigualdades sociais (SANTOS, 2008).

De acordo com Paes (2020) a fornecedora da Cargill, a SLC (Schneider Logemann Company) trader americana desmatou mais de 5 mil hectares de Cerrado para o cultivo da soja em Formosa do Rio Preto (BA), parte da soja provém de terras griladas segundo o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal da Justiça. A safra de 2019-2020 foi a 2ª melhor da história no oeste baiano, sendo produzida mais de 6 milhões de toneladas de soja no estado. Ainda de acordo com o mesmo autor, em entrevista com o executivo-chefe da SLC, afirmou que “o agronegócio cumpre o papel de produzir alimentos de maneira sustentável”, mediante a esta afirmação foi constatado que essa mesma empresa desmatou 5,2 mil hectares de Cerrado. História sendo envolvida por uma ambiciosa grilagem fato este que demonstra o domínio do agronegócio na savana brasileira, com efeitos que impactam uma teia global de negócios e pessoas.

2.3 Disparidades Sociais na Região Oeste da Bahia

“Para a população local a desapropriação de suas terras é o impacto mais imediato da expansão do agronegócio na região” (FIAN, 2018, p. 44) o que leva ao processo do desencadeamento do êxodo rural que condiz com a movimentação da população do campo para as grandes cidades. Consequentemente, durante décadas o processo migratório no Brasil favoreceu ao crescimento da urbanização, sendo assim o êxodo rural, foi provocado pelos “fatores de expulsão e de atração” (MATOS, 2012, p. 8). Com o incremento da mecanização nas atividades agrícolas, diminuiu-se a mão de obra humana, a qual fora substituída por maquinários manuseados por no máximo duas pessoas, forçando a “expulsão” desses indivíduos do campo para as cidades. Diante disso, os pequenos produtores, começaram a sofrer impactos, no que diz respeito aos ganhos extraídos pelo cultivo da terra e produção rural, culminando na saída desses para polos industrializados.

Na segunda metade do século XX houve um desencadeamento das relações capitalistas no que tange aos setores secundários e terciários como fatores atrativos no processo de migração. Esse fenômeno ocorreu em escala mundial, pois as relações capitalistas modernas propiciaram melhores condições de vida de maneira mais atrativa até certo período. Paradoxalmente, essa “atração” gerou o inchaço populacional nos grandes centros urbanos, ocasionando a superpopulação das cidades. Em conformidade com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE

(2018) “no curto período de 1991 a 2005, a população brasileira teve um crescimento próximo a 38 milhões de indivíduos”.

Outrossim, a migração interna no país teve grandes impactos devido esse inchaço populacional, ou seja, aumentou-se o índice de desemprego e com isso favoreceu à expansão das habitações irregulares. A exemplo disso tem-se as periferias concentradas nas metrópoles do país, gerando pobreza e incapacidade de sobrevivência nesses centros urbanos.

De acordo com o que explicita Milton Santos, em seu livro Pobreza urbana,

> “os recursos postos à disposição do homem, em termos de sua posição na escala social, mudam com o tempo e lugar. O valor dos recursos é igualmente relativo, dependendo em grande parte da estruturada produção e de seus objetivos fundamentais” (SANTOS, 1978, p. 17-18).

A escala social descrita por Santos mostra que os recursos colocados à disposição dos indivíduos na sociedade fazem parte de uma variável, ou seja, mudam ao longo do tempo, e atinge classes determinadas, de acordo com o valor desses recursos. Logo, os sujeitos enquadrados em um índice de pobreza terão dificuldades para se manterem com a utilização de recursos então escassos.

Ao encontro disso, tem-se a Bahia situada na Região Sul do Nordeste brasileiro, composta por 417 municípios. Segundo o IBGE (2019), o Estado da Bahia alcançou o maior índice de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza monetária no país, ou seja, 611 mil que representam 21,3% da população. Ademais, em termos de extensão territorial a Bahia possui 36, 334% da área total da região nordeste do Brasil.

Nesse sentido, destaca-se a Região Oeste como um dos principais setores agroindustriais do país, mobilizando segmentos e setores diversificados. Ao longo dos anos com a intensificação do crescimento econômico, os problemas sociais se agravaram e começaram a se contrastar com o desenvolvimento do agronegócio. “A pobreza e a desigualdade aumentaram consideravelmente como resultado da expropriação dos povos rurais pela expansão do agronegócio” (FIAN, 2018, p. 24). Diante disto, é estabelecido o Índice de GINI que mensura as desigualdades existentes, bem como medir a distribuição de riqueza de um determinado local.

TABELA 1 – Índice de Gini por municípios da região Oeste da Bahia.

CIDADES	1991	2000	2010
Angical	0,4984	0,5078	0,5648
Bainópolis	0,5514	0,7394	0,5789
Barreiras	0,6210	0,6357	0,5704
Bom Jesus da Lapa	0,5633	0,6381	0,6048
Catolândia	0,5170	0,5090	0,5217
Correntina	0,5783	0,6200	0,5885
Cristópolis	0,5297	0,5336	0,5457
Formosa do Rio Preto	0,7659	0,7996	0,6136
Ibotirama	0,6121	0,6808	0,5581
Luís Eduardo Magalhães	****	****	0,6337
Riachão das Neves	0,4978	0,5829	0,5434
Santa Maria da Vitória	0,6033	0,6581	0,5475
Santa Rita de Cássia	0,5097	0,6768	0,6061
São Desidério	0,5880	0,5591	0,5753
Vitória da Conquista	0,6053	0,6283	0,5588
Wanderley	0,5813	0,6220	0,5993

Fonte: Adaptado pelos dados do DATASUS (2010).

Segundo Santos *et al*., (2020) as fontes do Índice de Gini dos municípios baianos, é em torno de 0,500, dados de 2017. Ao observar abaixo o Índice com relação à Barreiras, nota-se que houve uma suave diminuição da concentração de terras, que pode ser explicada pela emancipação do município de Luís E. Magalhães. De maneira geral entre os principais municípios agrícolas da região, o que se correlaciona com a grande movimentação do agronegócio, verifica-se concentração de terras e consequentemente da riqueza produzida.

No cálculo de GINI quanto mais próximo de zero, menor será a concentração de terras e quanto mais próximas de um, maior será esta concentração. Neste caso, as medidas para tal índice se explica entre a proporção acumulada de terras e a proporção dos estabelecimentos rurais no local (SANTOS *et al*., 2020).

Verifica-se que no ano de 1991 a cidade de Angical tinha o índice de GINI calculado em 0,4984, um valor considerado baixo perto dos anos posteriores. No ano de 2000 esse número subiu para 0,5078 chegando a atingir 0,5648 no ano de 2010. Nota-se que o aumento da concentração significativa do GINI nesta cidade, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA (2010) o município atingiu 3,58% de área com plantação, e o valor da produção foi em média 1.000 reais, é perceptível que de 1991 a 2000 existiu um aumento expressivo com relação às terras de cultivo.

Paralelo a isso, a riqueza que o agronegócio produz nessas cidades condiz com um terço de toda riqueza agrícola da Bahia, vale ressaltar que isso se deu por conta do setor agropecuário que vem se desenvolvendo cada vez mais. Nesse âmbito, torna-se um grande atrativo para os moradores das comunidades rurais que vêm nisso uma possibilidade de emprego e acesso à renda.

Em conformidade com a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA),

> “as principais culturas agrícolas da região são soja, algodão e milho. Em 2014, a região exportou mais de dois milhões de toneladas de soja e derivados, cerca de 220 mil toneladas de algodão e subprodutos, e quase 62 mil toneladas de milho e derivados. Formosa do Rio Preto, quarto município mais rico da região, é o maior produtor de soja do estado e quinto maior do Brasil” (ABAPA, 2015).

Mediante a isso, nota-se que Formosa do Rio Preto é considerada um dos municípios mais ricos do oeste baiano, devido às suas produções e grandes exportações. Ao contrastar os dados da tabela supracitada, evidencia-se que o índice de GINI neste município, no ano de 1991, revela uma disparidade social mais intensa devido à maior concentração fundiária indicada por 0,7659 no Índice de Gini. Por conseguinte, no ano de 2000, ampliou ainda mais a concentração atingindo 0,7996 neste índice, sofrendo suave decréscimo possivelmente com a corrida de ocupação do agronegócio às terras do MATOPIBA.

A geração de riquezas e desenvolvimento na área do agronegócio permite observar um cenário oposto no impacto social, haja vista que São Desiderio e Formosa do Rio Preto terem renda per capita respectivamente de 302,2 e de 287,94 (TERRA, 2013). Segundo o estudo de Miranda e Dias (2019) constataram que no município de Barreiras os moradores do Bairro Cascalheira e São Sebastião destes 68% são oriundos de outras cidades e 32% nascidos em Barreiras. Esses dados evidenciam que essas populações têm origem na imigração sendo que o principal motive dessa imigração foi a oportunidade de emprego/trabalho, sendo que 50% da Cascalheira e 70% do São Sebastião.

Nas cidades do agronegócio o processo de favelização torna-se mais evidenciado, estas condições colaboram para a situação de pobreza, desigualdade e exclusão, destacando os impactos característicos da intensificação do capitalismo no campo (ELIAS; PEQUENO, 2007). Sendo que a falta de planejamento adequado pelo processo de ocupação do espaço brasileiro tem acarretado impactos socioambientais que ocorrem nas mais variadas escalas. É necessário haver planejamento para

levantar as possíveis potencialidades e vulnerabilidades das terras bem como, o perfil das comunidades tradicionais para que as suas necessidades sejam supridas sem haver perdas mediante as suas especificidades (PIMENTEL *et al*., 2011 *apud* COUTINHO *et al*., 2006).

> “Muitos se viram forçados a abandonar suas terras de forma permanente, migrando para as cidades, onde vivem em favelas nas periferias das grandes e médias metrópoles, disponibilizando-se como força de trabalho precária. As comunidades que conseguiram permanecer só podem fazê-lo se trabalharem em condições muito precárias, muitas vezes em condições análogas à escravidão, e muitas vezes para os próprios proprietários do agronegócio que ocuparam suas antigas terras” (FIAN, 2018 p. 45).

As ações executadas até agora não foram suficientes para exterminar com esse mal da realidade brasileira, pois combater essa desigualdade é um desafio complexo e permanente. Principalmente pela falta da equidade de renda e da falta de investimento na área social, como educação e saúde, a maioria da população fica sujeito a uma minoria da população que detém de recursos, o que gera as desigualdades.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 O Campo da Pesquisa

A Região Oeste da Bahia é formada por 24 municípios e faz parte da Região Nordeste do Brasil. Barreiras se destaca como um dos principais municípios dentre os 23 que constituem o oeste baiano. Fundada em 6 de abril de 1891, a cidade ficou categorizada em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como capital regional C na hierarquia urbana do país por ser um polo importante para a agropecuária. De acordo com dados geográficos a população estimada em 2020 é de 156.975 habitantes (IBGE, 2019) e tem 129 anos de emancipação política.

Barreiras é cortada pelo Rio Grande e faz fronteiras com (8) oito municípios, sendo estes, a cidade de Luís Eduardo Magalhães, São Desiderio, Cristópolis, Angical, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, e também do Estado de Tocantins. Nesse contexto de cidade polo, é notório o fortalecimento econômico de Barreiras dado ao seu desenvolvimento nos variados setores comerciais, inclusive, sendo reconhecida como grande produtora de algodão. Conforme dados da AIBA (2012), o plantio chega a alcançar 34.491 ha, e o plantio de soja com 128. 110 ha, no que se refere apenas às áreas irrigadas com pivôs.

A região Oeste do Estado da Bahia ao longo dos anos vem passando por profundas modificações com a expansão do agronegócio e o vasto setor de serviços. As atividades expandem-se da cidade de Barreiras e interliga em outros municípios da Região Oeste da Bahia (MONDARDO, 2010). A atividade da agricultura era apenas de subsistência até meados do século XX pois, a renda se concentrava na própria região, apenas para atender às demandas imediatas da localidade. Com o passar do tempo, o Cerrado baiano foi sendo ocupado por duas linhas de frente, de um lado os grandes produtores rurais individualizados e da outra parte, por cooperativas. Dessa forma, o agricultor familiar foi perdendo espaço para a agricultura modernizada em larga escala (SANTOS; CHAVES, 2014).

Essa cidade baiana também se destaca pelo seu Cerrado altamente produtivo, possuindo vales com grandes potenciais para agricultura, piscicultura e pecuária de corte e leite. O abastecimento comercial fica localizado a um raio de 300km e possui um dos maiores potenciais de consumo, com comércios de atuação nacional e

transnacional. Além disso, também conta com vasta rede de serviços a exemplo das redes de foods trucks e empresas de distribuição.

De acordo com Mondardo (2013), apesar da região se destacar por ser polo do agronegócio, ao mesmo tempo ela é multifacetada, de um lado o agronegócio produzindo riqueza, do outro lado, a extrema desigualdade social. Para ele, o agronegócio é propagado como uma fonte geradora de riqueza, progresso e o desenvolvimento da sociedade. Mas, na realidade, contém inúmeros territórios precários, pois a riqueza produzida se concentra nas mãos dos donos das terras. Portanto, “o conceito de desenvolvimento nesse sentido não é meramente quantitativo, mas compreende, sobretudo, os aspectos qualitativos dos grupos humanos a que concerne” (MONDARDO, 2013, p. 92).

3.2 Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa é do tipo exploratória com abordagem qualitativa. Para Piovesan e Temporini (1995, p. 321) este tipo de pesquisa “tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere”, pois permite que a realidade seja estudada da forma que ela se encontra e não da forma que o pesquisador pensa que seja. De acordo com o autor Godoy (1995, p. 21) esta perspectiva de abordagem qualitativa compreende que “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada” podendo apresentar diferentes caminhos para conduzir a pesquisa.

Nesse entendimento, foi realizada, uma pesquisa bibliográfica, por sua vez, se caracteriza em leitura, análise e interpretação de fontes secundárias. Portanto, foi feito primeiramente, um apanhado geral sobre as ações desenvolvidas pela AIBA num estudo documental. O estudo bibliográfico visou autores como Santos (2008) e Mondardo (2010; 2013) na Fundamentação Teórica. Foi realizado 01 questionário semiaberto com o responsável técnico do Setor do Meio Ambiente da AIBA. Houve também a necessidade de entrevista semiestruturada com a coordenadora do FUNDESIS.

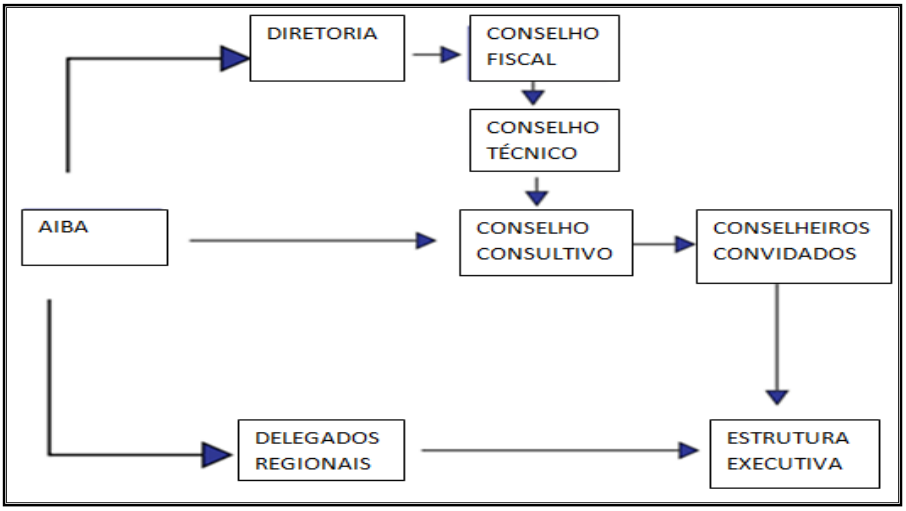
Deste modo, também é importante analisar a instituição pelo olhar de um pesquisador, visando descobrir lacunas que inspirou este estudo, com base nas características históricas da região, relações existentes entre comunidade industrial,

a sociedade e meio ambiente, problematizando a realidade contraditória da Região Oeste, em específico a cidade de Barreiras.

3.3 Os sujeitos da Pesquisa Segundo os Documentos Institucionais da AIBA

Com sede localizada na Avenida Aylon Macêdo, número 919, Bairro Morada Nobre, Barreiras - BA, a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), está presente onde se faz necessária a ação pelo desenvolvimento da Região Oeste e do agronegócio baiano. A cidade de Barreiras atualmente emerge incentivos fiscais à exportação, vista que a consolidação da agricultura especializada gera renda para o país. A AIBA foi fundada em 1990 com 16 associados, a entidade figura hoje como a principal entidade representativa da região, reunindo mais de 1.300 produtores e representando cerca de 95% da força de produção em 2,25 milhões de hectares plantados e ao longo dos anos tem se prontificado a enfrentar desafios para manter o seu desenvolvimento com sustentabilidade. Uma das suas importantes conquistas foram as suspensões das cobranças do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). A AIBA é composta por sete (07) Departamentos e estão configurados da seguinte forma:

FIGURA 2: Departamentos da AIBA.



Fonte: O autor (2020).

Conforme mostrado acima, a AIBA consiste em sete (07) departamentos, por conseguinte, a diretoria é formada por sete (07) membros: Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Diretor Administrativo, Vice-diretor Administrativo, Diretor Financeiro e Vice-diretor Financeiro.

O Conselho Fiscal é composto por seis (06) representantes: três (03) Titulares e três (03) Suplentes. O Conselho Técnico é composto por: Hum (01) Presidente do Conselho e cinco (05) Conselheiros. O Conselho Consultivo é composto por cinco (05) membros. Os Conselheiros Convidados se formam por quatro (04) conselheiros (que são convidados).

Os Delegados Regionais se formam por quinze (15) componentes sendo estes das seguintes regiões, Coaceral – Formosa do RP; Garganta – Formosa do RP; Placas – Barreiras; Estrada do Café – Barreiras; Linha do Ouro – Riachão das Neves; Rio de Ondas – Barreiras; Bela Vista – Luís E. Magalhães; Novo Paraná – Luís Ed. Magalhães; Paraíso – São Desiderio; Roda Velha – São Desiderio; Antas – Correntina; Rosário – Correntina; Pratudão – Jaborandi; Veredas – Jaborandi; Cascudeiro – Baianópolis.

E por fim a Estrutura Executiva, composto por trinta e cinco (35) funcionários: Diretor Executivo; Diretora de Meio Ambiente e Irrigação; Superintendente do Instituto AIBA; Assessora da Presidência; Assessor de Agronegócio; Assessor Jurídico; Gerente Administrativa; Gerente Financeiro; Analista de Projetos; Assessora de Comunicação; Assistente de Comunicação; três (03) Auxiliares Administrativos; Técnico de Informática; Coordenadora do FUNDESIS; Secretária – Escritório AIBA L.E.M; Contador; Assistente Financeiro; Supervisor de Campo BFS; Analista Financeira BFS; Auxiliar Administrativa BFS; Auxiliar Administrativa; seis (06) Analistas Ambientais; Auxiliar técnica administrativa; dois (02) Analistas de projetos; Serviços gerais BFS; uma Copeira e um Motorista.

3.3.1 O FUNDESIS segundo à AIBA

Discussões sobre os temas sustentabilidade, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, têm sido fortemente trabalhado na Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) no oeste baiano descrevendo o modelo do agronegócio pelo qual se luta ao longo de toda a sua existência. As primeiras ações foram realizadas 13 anos depois de sua constituição a partir da necessidade de ações voltadas para o socioambiental (RAMOS *et al*., 2015).

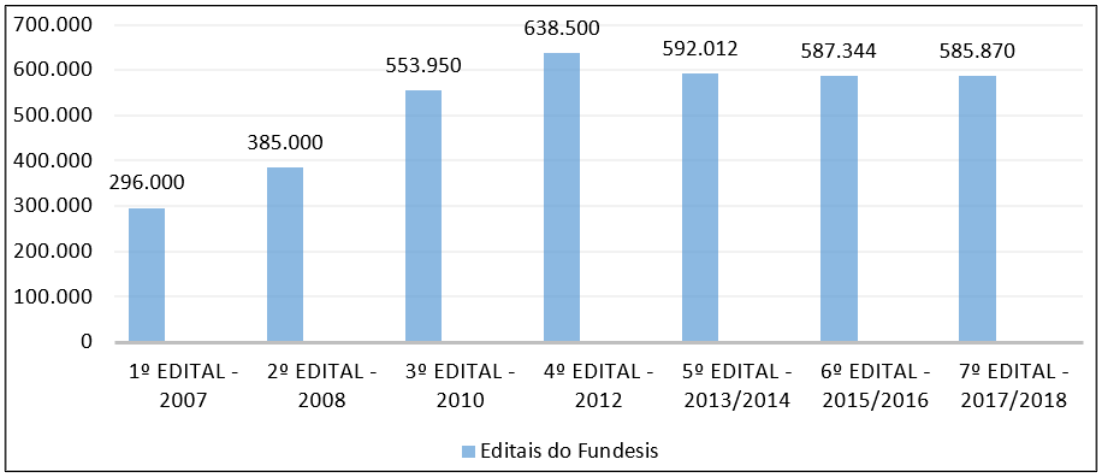
Para tanto, com a intenção de atuar no desenvolvimento social foi criado o FUNDESIS, que conta com a parceria dos produtores da AIBA e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). As ações de responsabilidade social possibilitaram ao

Instituto AIBA o reconhecimento de “Utilidade Pública” decretada pela Lei nº 14.024 de 13 de novembro de 2018, pois tem trabalhado de forma a contribuir positivamente para a transformação socioeconômica das comunidades que são expostas diretamente com a atividade da agricultura na região (AIBA, 2019).

O contexto social está longe de ser satisfatória, porém nota-se um avanço amplo neste setor. O Fundo é um agente transformador, que através da aplicação de recursos financeiros investem em instituições sem fins lucrativos que atuam nessa esfera, também oferece cursos profissionalizantes aos gestores, visando contribuir para uma boa gestão, bem como melhoria do desempenho e na qualidade dos serviços prestados ao público-alvo (FUNDESIS, 2016).

O FUNDESIS é constituído de forma voluntária (doações) sem valores específicos mensais, por parte dos produtores rurais associados à AIBA, doações de pessoas físicas e jurídicas e sobre o valor das operações de financiamento contratadas junto ao BNB (FUNDESIS, 2008). No ato da operação do custeio de safra, o banco apresenta o FUNDESIS ao agricultor que opta por destinar ou não uma quantia ao Fundo, enquanto que a entidade financeira abre mão das taxas bancárias de 0,4%, dando também a sua colaboração ao FUNDESIS.

FIGURA 3: Evolução dos investimentos através dos editais do FUNDESIS.



Fonte: Adaptado do Relatório do FUNDESIS 2017 e 2019.

A partir dos editais lançados de 2007 a 2018 (primeiro e último relatório financeiro concluído respectivamente) os valores investidos e as instituições Beneficiadas e os municípios atendidos aumentaram como mostra na Figura 3 e 4. A Figura 2, demonstra o valor investido a cada balanço financeiro feito pelo FUNDESIS desde o primeiro edital lançado em 2007 com investimento em 296 mil reais, houve alta de

investimento significativo no edital de 2012 cotando 638.500 reais e posterior decréscimo em seguida chegando ao último edital de 2018 o valor baixou para 585.870 reais. Essas nuances acontecem devido à quantidade de projetos aprovados pelo Comitê Executivo da AIBA e o valor ao qual concorrem que chega até R$ 80 mil, sendo uma contrapartida obrigatória de pelo menos 20% do valor recebido.

Os projetos aprovados promovem melhorias em instituições socioeducativas, nas instituições que atuam na redução do índice de criminalidade e marginalidade, aumento no número de atendimento nas entidades, possuem ações à educação alimentar, promoção da saúde, no atendimento de creches de comunidades periféricas. O Fundo age institucionalmente, o dinheiro sai da instituição FUNDESIS e vai para a instituição filantrópicas, ele não vai para a sociedade civil que sofre com as mazelas das desigualdades sociais e econômicas advindas com o modelo do agronegócio instaurado nas regiões do Oeste da Bahia.

Nesse mesmo enfoque, para Taliarine *et al*. (2015, p. 1-2),

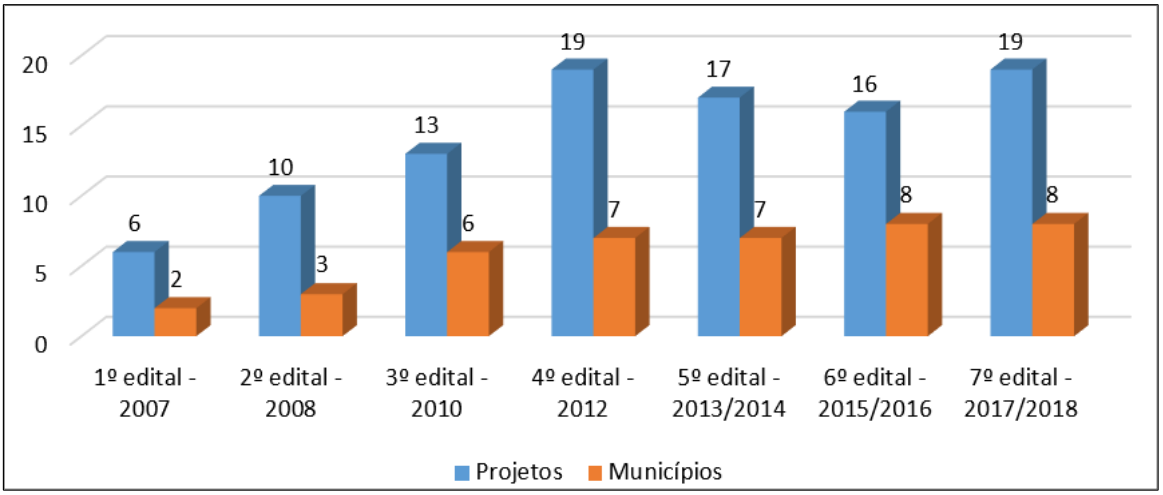
> “o agronegócio torna-se um dos setores de maior importância na economia brasileira e vêm movimentado milhões de reais em recursos, gerando milhares de empregos diretos e indiretos e transformando o país em um grande celeiro agropecuário. Mesmo com toda essa significância, o setor agropecuário brasileiro ainda apresenta um sistema de gestão deficiente, tanto pelos próprios produtores e pecuaristas, quanto por parte dos órgãos governamentais envolvidos, tornando-o menos competitivo no cenário mundial”.

“O setor mais importante da economia nacional brasileira é o agronegócio representando em torno de um terço do PIB brasileiro. O Brasil é um país com grandes perspectivas satisfatórias para o agronegócio [...]” Taliarine *et al*. (2015, p. 11). O Estado a partir das demandas específicas de produtos e serviços, torna-se moldado pelo agronegócio, que de forma geral pratica uma política agressiva em favor de uma economia cada vez mais especializadas e comandadas por grandes empresas. As desigualdades espaciais são recriadas nas regiões do agronegócio que se expressam tanto no campo quanto na cidade. Por um lado, se vê espaços urbanos ocupados pelas classes mais abastadas e pelas empresas sendo atendidos por uma infraestrutura de alta qualidade. Por outro lado, há a classe menos favorecida e deixada de lado pelo poder público local, onde habitam os mais pobres que ficam à margem desse desenvolvimento do agronegócio, muitas vezes atraídas por ele (CASTILLO *et al*., 2016).

> “A chamada "região produtiva do agronegócio de Barreiras" tem se mostrado como uma das mais dinâmicas do território brasileiro, tanto em termos de competitividade, quanto em relação às desigualdades sociais, econômicas e geográficas que engendra” (CASTILLO, 2016, p. 273)

Algumas das mais importantes empresas do agronegócio se instalaram na cidade de Barreiras e L.E.M., tais como Bunge, Cargill, ADM, Amaggi, LDC, Noble, Multigrain e SLC, que combina o desenvolvimento produtivo em larga escala, gestão profissional e acesso aos mercados de capitais, não deixando espaço para pequenos produtores, reforçando problemas históricos de concentração fundiária e de renda, desarticulação do campesinato e expansão da monocultura, e criando novos problemas, como a privatização da água, a precarização do trabalho e a urbanização desordenada (CASTILLO, 2016 *apud* SANTOS, 2015, p. 9.699).

FIGURA 4: Quantitativo dos projetos e municípios contemplados pelo FUNDESIS.



Fonte: Adaptado do Relatório do FUNDESIS 2017 e 2019.

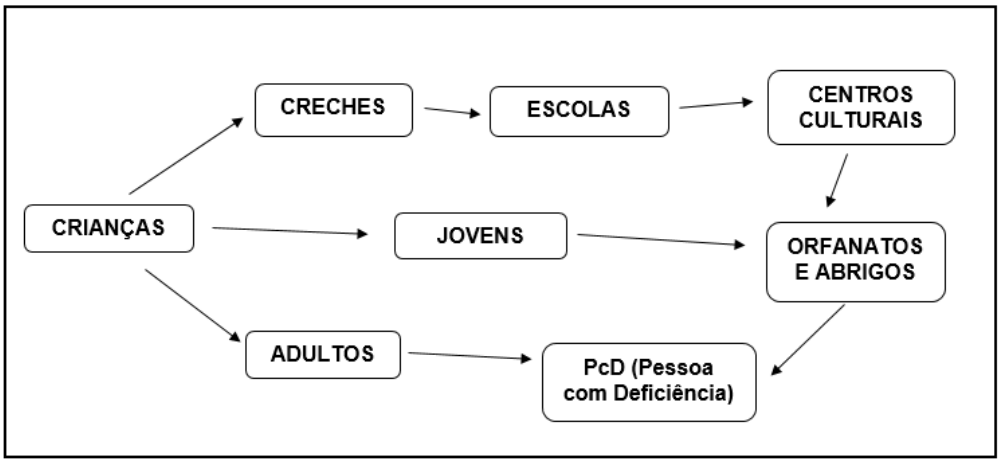
A Figura 4, demonstra os resultados do primeiro edital de 2007 ao último edital no biênio de 2017/2018. Observa-se que o número de projetos contemplados é maior que o número de municípios atendidos. Somam-se 13 municípios do Oeste da Bahia em que o FUNDESIS esteve presente com 100 projetos aprovados e executados de acordo com a soma de cada balanço dos editais. No primeiro edital de 2007 constam 06 projetos aprovados e 02 municípios atendidos; no edital de 2008, 10 projetos aprovados e 02 municípios atendidos; edital de 2010, foram aprovados 13 projetos em 06 municípios atendidos; edital de 2012, 19 projetos em 07 municípios atendidos. Durante o biênio de 2013/2014 foram 17 projetos financiados em 07 municípios atendidos; no biênio de 2015/2016, foram aprovados 16 projetos em 08 municípios

atendidos e por fim, no biênio de 2017/2018 totalizou 19 entidades contempladas em 08 municípios beneficiadas.

De acordo com seus documentos, a AIBA Itinerante[3] também promove encontros visando à aproximação de seus associados, através de reuniões que são promovidas em todas as comunidades agrícolas do Oeste da Bahia, ouvindo as reivindicações dos produtores locais e procurando soluções para as mesmas. Com o fortalecimento dessas iniciativas o FUNDESIS, investiu quase 3 milhões com projetos filantrópicos.

Entidades filantrópicas beneficiadas pelo FUNDESIS:

FIGURA 5: Entidades filantrópicas beneficiadas pelo FUNDESIS.



Fonte: O autor (2020).

Os municípios beneficiados pelo FUNDESIS foram: Barreiras; Luís Eduardo Magalhães; Angical; Baianópolis; Santa Rita de Cássia; Mansidão; Riachão das Neves; São Desiderio; Correntina; Santa Maria da Vitória; Santana; Tabocas do Brejo Velho e Bom Jesus da Lapa. Foram contemplados diversos projetos sociais na área da inclusão social, educação, cultura, inclusão digital, saúde preventiva, geração de renda e empreendedorismo, preservação, educação ambiental e também agricultura sustentável (AIBA, 2019).

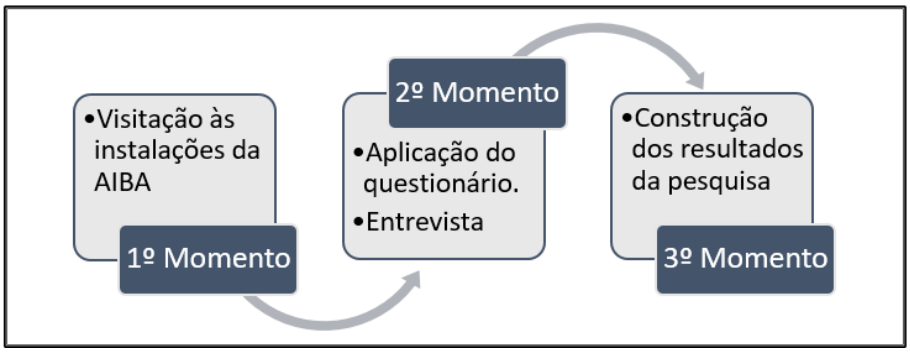
[3] Denominação usada pela AIBA para nominar reuniões nos municípios.

3.4 Instrumentos de coletas de dados

Ao vivermos imersos em uma sociedade moderna e contemporânea, seus principais valores apontam o processo de socialização como meio para se romper barreiras. Sendo assim, para melhores resultados na pesquisa, fez-se necessário conhecer as instalações da empresa. Desse modo, à primeira visita foi contemplada por um trabalho de campo na sede da AIBA onde foi possível conhecer a história do FUNDESIS através da Coordenadora do Fundo desde 2006, a Sra. Makena Viana Thomé. Num segundo encontro na sede da AIBA, foi realizada uma entrevista aberta com a Coordenadora do FUNDESIS e ainda a aplicação de um (01) questionário para o responsável pelo Setor Ambiental da AIBA e consequentemente do FUNDESIS.

As aplicações dos instrumentos utilizados para coleta de dados na pesquisa foram dadas em dois momentos interdependentes ao longo de um mês, e o terceiro momento se destinou para a construção dos resultados, e foram organizados conforme imagem abaixo:

FIGURA 6: Organização do momento da pesquisa.



Fonte: O autor (2020).

Os participantes da pesquisa responderam à entrevista e ao questionário de forma pacífica e voluntária. A construção do questionário é um método que requer total atenção, vista que não é uma tarefa fácil. Lakatos e Marconi (2003, p. 201) definem questionário como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do questionador”. Por outro lado, teve-se a necessidade de ao estar nas instalações da AIBA poder entrevistar a técnica que sempre esteve à frente dos trabalhos do Fundo.

Ribeiro (2008, p. 141) trata a entrevista como:

> “A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores”.

Portanto, a importância de fazer uso da entrevista se deve ao fato do pesquisador ter um contato direto com a pessoa entrevistada, podendo fazer o uso de entrevistas estruturadas, constituídas de perguntas definidas; ou semiestruturadas, a depender da necessidade do pesquisador.

Pretendeu-se nesse questionário buscar informações a respeito dos apoios do desenvolvimento de ações sociais mediante doações de produtos, recursos financeiros e iniciativas diante do compromisso socioambiental. Os procedimentos utilizados no questionário e entrevista servirão como base para construções dos resultados.

Com o objetivo de melhor apresentar os resultados, o levantamento das informações qualitativas requereu diferentes tipos de questionário de pesquisa. O primeiro questionário foi dividido em dois momentos e ficaram configurados conforme o Quadro 1, veja abaixo:

QUADRO 1 – Quantitativo de perguntas socioeconômicas.

Questionário Socioeconômico	
Temática Social	**Temática Ambiental**
09 Questões	07 Questões

Fonte: Compilação do autor.

Conforme mostrado no Quadro 1, a questão social ficou formulada por nove (9) questões, com alternativas objetivas destinadas a Sim/Não para serem marcadas e também com espaços para comentários, caso as respostas dadas pelo entrevistado sejam de cunho positivo. Por conseguinte, as questões ambientais foram formuladas por sete (7) perguntas sendo cinco (5) perguntas destinadas às opções objetivas: sim/não, o método foi escolhido por ser considerada uma variante ainda mais simples, ou seja, quanto menos caminhos possíveis, mais fáceis tende a ser a decisão. Além disso, ficaram organizadas para comentários no caso de respostas positivas, três (3) perguntas e por fim duas (2) questões foram feitas para respostas discursivas. Outrossim, o pesquisador deve apenas tomar cuidado para adotar um tom de isenção que não condicione o comportamento do informante.

Observa-se o segundo questionário conforme Quadro 2:

QUADRO 2 – Quantitativo de perguntas relacionadas ao FUNDESIS.

Entrevista sobre o FUNDESIS
08 Questões

Fonte: Compilação do autor.

O Quadro 2, mostra oito (8) questões aplicadas à Coordenadora do FUNDESIS, este foi elaborado com estrutura discursiva com respostas explicativas e sem respostas pré-definidas às quais deixam o entrevistado livre para explicar e permite opinião pessoal sobre o que estiver pensando. As nuances de informações costumam ser mais amplas, pois cada pessoa pode ter interpretações bem próprias sobre a mesma situação.

Para analisar o FUNDESIS, foi considerada a tríade da sustentabilidade, sendo esta: social, ambiental e econômica e o impacto socioambiental provocado por ela. Diante das respostas sinalizadas pelos entrevistados, as figuras abaixo mostram como foram organizadas as respostas dadas pelo entrevistado:

Compilação do questionário aplicado ao responsável pelo setor do Meio Ambiente da AIBA:

FIGURA 7: Organização das informações do questionário sobre as ações de desenvolvimento social.

Fonte: O autor (2020).

O percurso para responder à as perguntas feitas, objetiva o cumprimento de uma formação profissional que supre as demandas dos recursos humanos qualificados pelo grupo AIBA. Sendo assim, a descrição do mapa conceitual exposto acima,

salienta que a Associação apoia o desenvolvimento de ações sociais mediante doações de produtos, recursos financeiros e também acesso à as instalações para o desenvolvimento de projetos sociais próprios.

Diante do questionário, foi questionada a *manifestação do compromisso socioambiental do FUNDESIS em suas estratégias corporativas (visão, missão, etc.). Foi afirmado tal compromisso.* De modo que a próxima questão foi *"possuem programas ou iniciativas voluntárias e/ou implementadas para o desenvolvimento da comunidade local?" A resposta foi positiva inclusive com programas de transferência de tecnologias para produtores familiares, o projeto "horta nas escolas"*, teve início em 2017, cujo benefício era a implantação de hortas nas escolas municipais de Barreiras/BA, seu objetivo era avaliar sua aplicabilidade como método de ensino para a educação ambiental.

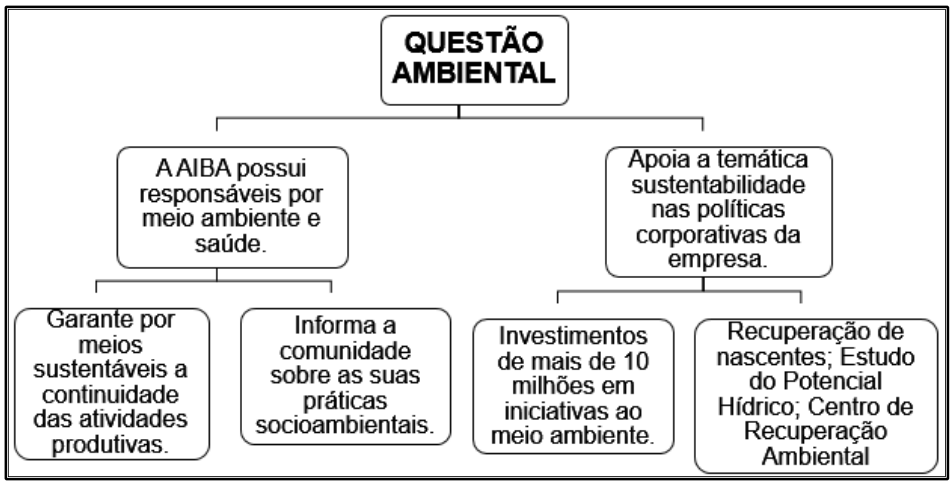
Os resultados alcançados de acordo com a cartilha de projetos da AIBA resultaram em 13 escolas municipais, sendo cinco de zona rural e oito na zona urbana, com área total de 1.000 m² de canteiros. Por conseguinte, visando o desenvolvimento intelectual, o projeto sobre transferências de tecnologias para produtores familiares, foi mostrado pela cartilha do FUNDESIS no biênio 2017/2018, que o Fundo aportou recursos financeiros destinados à execução do projeto sala de informática na Fazenda Modelo. O projeto executado contou também com a parceria do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SPRB), juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Nesse viés, com o apoio e parcerias, esses projetos puderam ser custeados.

Apenas duas perguntas tiveram respostas negativas: *"Existe necessidade de desapropriação/deslocamento da população?" A resposta dada é que não*, pois com o apoio do FUNDESIS, as instituições sociais puderam oferecer saúde, educação, cultura e valores morais às diversas famílias do oeste baiano e com isso pode-se responder à segunda questão: *"Possuem impactos em áreas de proteção cultural?" De acordo com a AIBA, existe um monitoramento dos recursos hídricos e monitoramento do desenvolvimento socioeconômico*. A cartilha de projetos da AIBA apresenta um projeto do "Plano de Manejo e Formação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio de Janeiro, Região Oeste da Bahia, Brasil". O objetivo do projeto era realizar o diagnóstico ambiental, físico e socioeconômico no perímetro da Unidade de Conservação. Nesse viés, a questão seguinte foi: *"Promove cursos relacionados à responsabilidade social e ambiental para*

os seus associados?" A resposta foi sim, e que frequentemente são realizadas palestras e cursos que contemplem essa iniciativa.

No mapa conceitual abaixo mostra-se o segundo momento da entrevista:

FIGURA 8: Compromisso da AIBA com as questões ambientais.



Fonte: O autor (2020).

Informar à comunidade sobre as suas práticas socioambientais é um dos grandes conjuntos que deram iniciativas ao desenvolvimento de projetos da AIBA. A primeira questão sobre o perfil ambiental da empresa foi expressa no seguinte problema: "*A empresa possui um responsável cuja principal atribuição é meio ambiente e/ou saúde e segurança?"* Foi respondido que *"existe para as duas atribuições". Esse acompanhamento, além de possibilitar a obtenção de informações, objetiva incluírem o tema sustentabilidade nas políticas corporativas da empresa*.

Questionou-se o planejamento estratégico da empresa, "se *levam em consideração a sustentabilidade como fator primordial?" A resposta foi positiva,* de forma que foi acrescentado pelo respondente: *projetos e ações que visam promover o desenvolvimento sustentável e econômico da região para garantir a continuidade da atividade produtiva. A exemplo disso temos: o Algodão Brasileiro Sustentável (ABR); Programa de Responsabilidade da Soja (RTRS).* Além destes projetos, é importante frisar como desenvolvimento sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar, pois o uso da irrigação como mecanismo de crescimento e consolidação dos pequenos produtores favorece tanto ao meio ambiente quanto ao pequeno produtor.

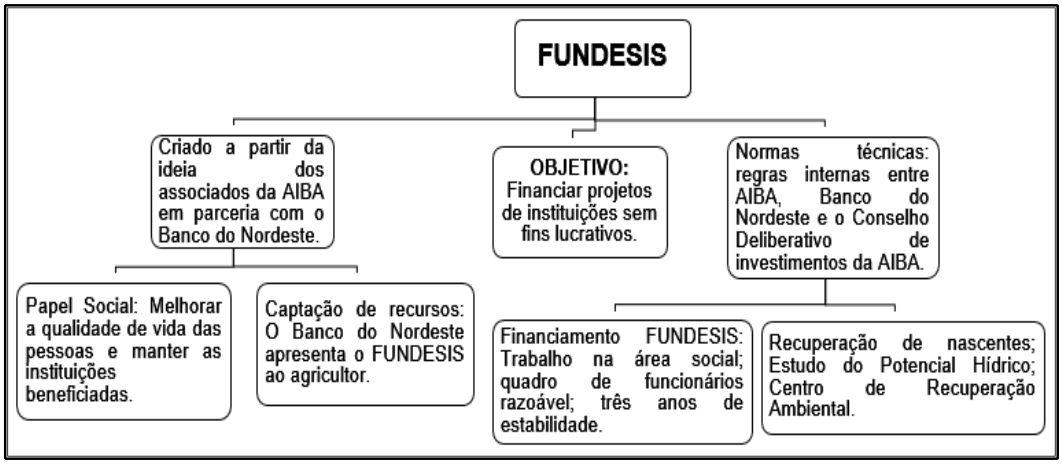
Pensando nos procedimentos que são adotados para a aprovação de projetos de natureza social e ambiental, a empresa divulga externamente informações das suas práticas socioambientais, por meio de veículos internos de comunicação,

anuários, Revista AIBA Rural e mídias locais e regionais. De acordo com o balanço 2017/2018 do Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia, o edital contemplou a Escola Família Agrícola (EFA) de Angical, beneficiando a instituição com um alambrado, a fim de promover maior segurança aos alunos e funcionários.

A EFA desenvolve trabalhos educativos voltados para adolescentes e jovens do meio rural, bem como suas famílias e comunidades, atendendo cerca de 120 jovens do campo de várias cidades e região. De acordo com RAMOS *et al*. (2015), devem-se estabelecer ações que possam ser executadas a fim de minimizar os impactos na sociedade, trazendo a importância da gestão sustentável pró ativa. Ações tomadas pela Associação para investimentos relativos ao meio ambiente, ao contemplar a Escola Agrícola, investe automaticamente, em meios conscientes para se desenvolver uma agricultura de qualidade e sem exploração intensa dos solos.

Finalmente, apresenta-se dados do terceiro instrumento de coleta de dados, conforme entrevista à Coordenadora do FUNDESIS:

FIGURA 9: Esquema da organização do FUNDESIS.



Fonte: O autor (2020).

Criado em 2006, a partir da missão de ajudar a quem precisa, o FUNDESIS em sua conjuntura está atrelado às instituições sem fins lucrativos. O processo de organização do terceiro setor inspira muito trabalho, pois é constituído por uma pessoa jurídica que presta serviços à sociedade.

Diante desse contexto, foi questionado inicialmente na entrevista *"como foi criado o FUNDESIS?"* Em resposta à essa pergunta, foi dito que *foi criado a partir da ideia da AIBA em parceria com o BNB para fomentar o desenvolvimento da Região Oeste. Pois sentiram a necessidade de fazerem algo a mais de modo que*

transformasse a vida das pessoas, pois, antes as ações eram apenas assistencialistas. De modo que *"o objetivo do FUNDESIS"* é *desenvolver a Responsabilidade socioambiental e financiar projetos de instituições sem fins lucrativos que atuam na responsabilidade social*.

O mesmo pode ser verificado no Relatório do Balanço Financeiro do FUNDESIS do ano de 2016 deixando claro que o objetivo do Fundo está em reduzir as desigualdades existentes através de ações que necessitam de recursos, tempo e resultados. Quando os projetos que são submetidos são aprovados, os recursos são repassados por parcelas, sendo acompanhados pela coordenação do Fundo, exigindo transparência nas execuções, bem como, a prestação de contas financeira através de relatórios parciais e finais.

Quando questionado se *"o FUNDESIS possui normas técnicas de funcionamento?"* Para esse questionamento *foi respondido que sim, a partir de regras internas entre AIBA, BNB e Conselho Deliberativo de investimento*. E que o papel ambiental do FUNDESIS é *desenvolver ações de modo que promova a preservação ambiental*. Perguntado sobre o papel do Banco do Nordeste para o FUNDESIS, afirmou que *no ato da operação do custeio de safra, o banco apresenta o FUNDESIS ao agricultor que opta por destinar ou não uma quantia ao Fundo, enquanto que a entidade financeira abre mão das taxas bancárias de 0,4%, dando também a sua colaboração ao Fundo*.

O Conselho Deliberativo do FUNDESIS tem como principais objetivos resolver, propor, discutir, aprovar, fiscalizar a execução e autorizar alterações orçamentárias, conforme as regras e normas estabelecidas, aprovar e alterar o regimento interno, definir prioridades para aplicação de recursos, analisar os projetos das entidades concorrentes, definir ou indicar os pedidos de captação de recursos (FUNDESIS, 2018).

Questionou-se *"como é constituído as doações?"* Foi respondido que *é constituído de forma voluntária (doações) sem valores específicos mensais, por parte dos produtores rurais associados à AIBA, e sobre o valor das operações de financiamento contratadas junto ao BNB*. E a última pergunta foi com relação aos *tipos de instituições que o FUNDESIS financia*, a resposta para esta indagação é que *financia toda e qualquer instituição que trabalha na área social que comprove estabilidade de no mínimo 3 anos de operação, que estejam em dia com a sua documentação, comprovando capacidade técnica e financeira de executar o projeto*

inscrito. Que contemplem a área de saúde, educação, cultura, esporte, inclusão social e digital, agricultura sustentável, preservação ambiental, entre outros. De forma a contribuir *com a economia de modo geral, através da geração de empregos temporários e fixos, compras de materiais locais e arquitetos*.

As instituições sociais que operam no terceiro setor devendo mostrar a eficiência e qualidade do trabalho desenvolvido, afim de que possa gerencias e solucionar os problemas, conforme o seu foco de trabalho, missão, visão e objetivos, além de ter um projeto que apresente ações voltadas para um projeto de vida digno, além de promover ações assistencialistas (FUNDESIS, 2018).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de começar a explanar os resultados, vale ressaltar que a análise dos dados é focada sobre a região Oeste da Bahia e no paradoxo de situar o FUNDESIS como uma garantia social que o agronegócio oferta às instituições sociais do Oeste da Bahia que de acordo com a entrevista com Makena, coordenadora do FUNDESIS, visa desenvolver a Responsabilidade Social para fomentar o desenvolvimento social da Região Oeste da Bahia.

A história da agricultura vem sendo imposta por homens de ação que desde a segunda metade do século XIX se opõem a uma “agricultura” moderna. Mesmo com toda a resistência, a modernidade da agricultura ocorreu de maior amplitude nos últimos anos. Com a intenção de fortalecer a agricultura, foram criadas associações funcionando como teia, criando logísticas diferenciadas, podendo chamar-se de “agronegócio” (HEREDIA *et al*., 2010).

O processo de utilização de terras de forma intensiva no oeste baiano foi sendo adquiridas por um valor atípico, utilizando por vezes de meios ilícitos. Muitas terras foram doadas pelo governo aos estrangeiros sulistas e expulsando os chamados posseiros, que são os moradores antigos dessas terras que não possuíam documentações da propriedade e os direitos das comunidades sobre elas nunca foi oficialmente reconhecido ou registrado e a maior parte das terras são oficialmente do Estado o que levou a um declínio populacional dessas comunidades. Utilizou-se também de grilagens e assassinatos, coagindo os moradores a mudarem de localidade, assim provocando o aumento das periferias nas cidades. Os que conseguiram infiltrar nas grandes fazendas os transformaram em trabalhadores com remuneração baixa e com exploração intensa do trabalho (MOURA; LAVORATTI, 2012).

Para Canuto (2004), o advento do agronegócio carrega em sua história o desmatamento do meio ambiente o maior que se tem conhecimento na história brasileira, afetando principalmente o Cerrado e a Floresta Amazônica. Sendo o Cerrado, o bioma mais ameaçado com o desenvolvimento do agronegócio, com apenas 2% de seu território protegido na forma de Unidades de Conservação. Ainda de acordo com Canuto (2004, p. 10) “o agronegócio é devastador. Imensas áreas de florestas e do Cerrado estão sendo ilegalmente desmatadas, secando nascentes e mananciais, sugados pelo ralo das monoculturas”.

O Cerrado antes visto como um espaço vazio, sem capacidade para o desenvolvimento econômico da localidade devido à falta de modernização do setor agrícola transformou-se nos últimos 30 anos, em espaços de empreendimentos agrícolas e industriais considerados modernizados por utilizar maquinários pesados de última geração. O setor agrícola foi também responsável pela transformação radical da paisagem do Cerrado para atender somente aos interesses da economia nacional como os setores ligados ao capital mundializados, permitindo que os ganhos dessa agricultura moderna fosse de quase que imediatos, devido ao grande volume alcançado pela produção. Assim, o Cerrado foi quase totalmente ocupado pela incorporação do novo modelo de gerir o agronegócio constatado nos municípios de Barreiras, São Desiderio, Correntina e Luís Eduardo Magalhães (SANTOS, 2008).

Por conseguinte, Menezes (2014), relata que para atender às necessidades e interesses dos agentes nacionais e globais a vegetação do Cerrado passou por modificações, os usos anteriores pela agropecuária familiar deram lugar às vastas fazendas ligadas ao agronegócio. Os fazendeiros passaram a investir em maquinários pesados para viabilizar bom aproveito do plantio e os pequenos produtores ficaram inviabilizados de investir em inovações técnicas por falta de capital e automaticamente são excluídos do progresso econômico. Ainda de acordo com o autor, a produção agrícola tradicional de Formosa do Rio Preto é destinada ao consumo familiar, pois quase não há excedentes devido à falta de apoio por parte do Estado com os pequenos produtores.

Em Formosa do Rio Preto a agricultura era baseada nas boas relações de vizinhanças, solidariedade, ao passo que a demanda por alimento foi crescendo, essas relações se desfazem para atender aos novos interesses no município. Em consequência, começaram a trabalhar de forma individualizada, a agricultura tradicional foi perdendo espaço pelas proporções que a agricultura intensa tomou ao ponto de ser chamadas de modernizadas, pois retira grandes quantidades de grãos e cereais como a soja, trigo, milho e arroz. O Cerrado já não é mais utilizado de forma equilibrada como áreas naturais de pastagem, agora é visto como parte do sistema capitalista, uma economia de mercado. A sua ocupação pela agricultura moderna, vinculada ao agronegócio agora é uma realidade, tratando-se de um processo que degrada este bioma, pois promove a retirada da cobertura vegetal natural, reduzindo significativamente os Cerrados no Oeste da Bahia (MENEZES, 2014; REIS, 2014).

O Estado foi o principal incentivador no processo da agricultura moderna, considerando que a agricultura recebeu incentivos fiscais e na elaboração de políticas através de projetos voltados para o fomento da modernização no campo. Tanto o Estado quanto as iniciativas privadas, invadiram o oeste baiano fazendo uso de um discurso de falácias para justificar a ocupação de terras que eram vistas vazias, sem desenvolvimento para levar o “progresso” à região (REIS, 2014). Como descrito por Moura e Lavoratti (2012), não há muitos incentivos para os pequenos produtores da região, pois o latifúndio é mais valorizado pelas políticas públicas do Estado tanto na esfera federal, estadual e municipal. Se houvesse essa valorização com os pequenos produtores não haveria tantas disparidades sociais, o desenvolvimento social e econômico seria dinamizado para toda a população tanto os envolvidos diretamente ou indiretamente na expansão do agronegócio.

O contexto de expansão de território criou a AIBA, composto por agricultores organizados com o propósito de difundir o agronegócio pela região possibilitando o desenvolvimento do capitalismo (BRANNSTROM, 2015). A modernização da agricultura nos Cerrados baianos favoreceu que os seus municípios tivessem os maiores PIBs do estado, portanto sendo privilegiadas com financiamentos rurais por bancos federais e estaduais. A força da AIBA para com o agronegócio é de grande destaque para a região pelo seu desenvolvimento e representatividade dos agricultores que influenciam a dinâmica do agronegócio (MENEZES, 2014).

Com o propósito de atuar no desenvolvimento social, a AIBA que conta com a parceria de seus produtores e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) criaram o FUNDESIS, desenvolvendo ações de responsabilidade social e ambiental (AIBA, 2019). As primeiras ações foram realizadas 13 anos depois da constituição da AIBA, a partir da necessidade de ações voltadas para o socioambiental (RAMOS *et al*., 2015). De acordo com as palavras da coordenadora do FUNDESIS, foi criado para fomentar o desenvolvimento da Região Oeste, pois sentiram a necessidade de fazer algo mais que transformasse a vida das pessoas, pois antes a ação era apenas de cunho assistencialista.

A ação de caráter ambiental desenvolvido pela AIBA, segundo o responsável pelo setor do Meio Ambiente, faz um trabalho de recuperação das nascentes; estudo do potencial hídrico; centro de recuperação ambiental; programa de educação ambiental e hortas nas escolas. Ainda segundo ele, investiu-se mais de 10 milhões de

reais nos últimos três anos em ações de recuperações de nascentes e iniciativas relativas ao meio ambiente.

Por outro lado, no que diz respeito sobre à territorialização do agronegócio globalizado na cidade de Barreiras, Mondardo (2010) alega que o intenso desenvolvimento da agricultura no Cerrado baiano, gera problemas como o desmatamento que por vez se utiliza de meios indiscriminados e um outro fator agravante é o uso irracional dos recursos hídricos que faz com que tenha uma agricultura cada vez mais precisa e sem problemas de seca. Ainda de acordo com o mesmo autor, no oeste baiano existe aproximadamente 900 pivôs em funcionamento; considerando uma média de 100 hectares por pivô, isso equivale a uma área irrigada na região de 900.000 hectares. A natureza já não é mais vista como um bem comum a todos e sim um bem para ser usado e explorado aos interesses da minoria sem medir as consequências ambientais relacionados ao processo de territorialização do agronegócio.

A Região do MATOPIBA é responsável por uma parte significativa da produção de grãos do país, sendo dois produtos o algodão herbáceo e a soja responsável por quase 80% da produção de grãos. O município que se destaca por essa produção é Formosa do Rio Preto e São Desiderio com respectivamente, 31% e 22% do total da produção. Sendo que Formosa do Rio Preto foi a cidade que mais expandiu a produção, apresentando como um dos principais municípios que vem se destacando pelo crescimento (SEI, 2017).

O crescimento da agricultura no oeste baiano começou a tomar forma pela migração para a região, um dos fatores que chamaram mais atenção dos migrantes foi a quantidade de terras férteis como também o baixo preço e o clima da região, ótimo para as produções do agronegócio, principalmente de soja e algodão. Pessoas com conhecimento e bagagem no ramo da agricultura, como os gaúchos por exemplo, iniciaram o processo de adaptação da agricultura. Com o desenvolvimento da agricultura começou a chamar a atenção de pessoas de outras regiões visando oportunidade de emprego e melhores condições de vida, mas, com a expansão do agro requereu mão de obra qualificada (ILARIO, 2013).

Os dados do Quadro 3, têm como referência o ano de 2000 a 2011 para os 5 municípios da região, Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desiderio. Em relação ao setor agrícola, algodão, o milho e a soja são os principais produtos voltados para a exportação, o algodão teve destaque da

área plantada equivalente a área de 291.367 ha e quantidade produzida de 1.212.534 toneladas, houve também uma redução da área plantada de soja e consequentemente reduziu a quantidade produzida. A variação de quantidade produzida teve êxito devido às novas técnicas de cultivo e ao uso de insumos.

QUADRO 3 – Desenvolvimento dos cultivos agrícolas.

Cultivo	Variação de área plantada 2000 – 2011 (hectare)	Variação de quantidade produzida 2000 - 2011 (t)
Algodão	291.367	1.212.534
Milho	-1.752	435.444
Soja	349.475	1.702.564

Fonte: REIS (2014) *apud* Produção Agrícola Municipal (PAM) / IBGE (2013).

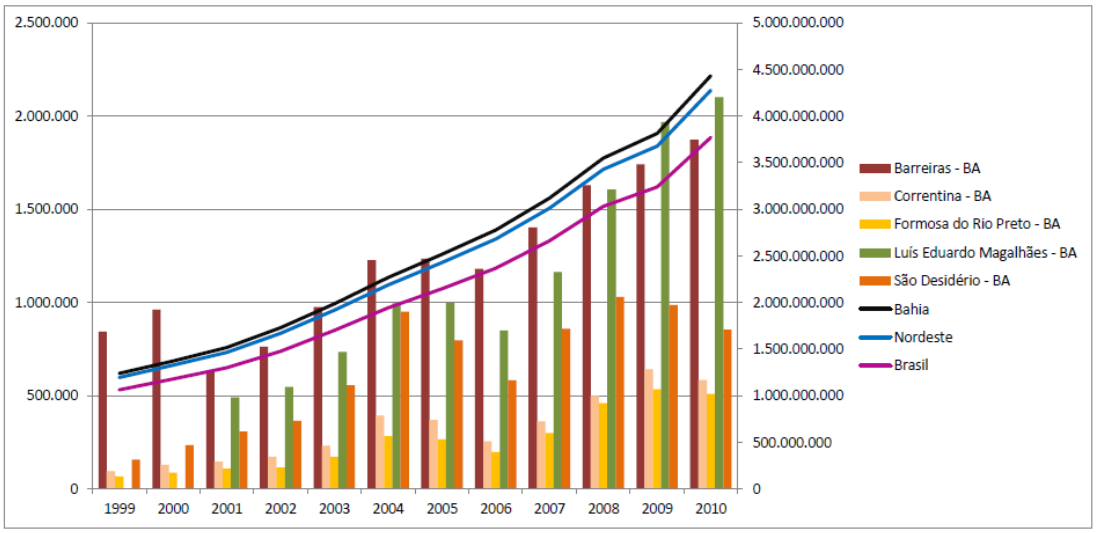
Esse processo de crescimento acelerou-se rapidamente nos últimos anos, intensificando o desmatamento do Cerrado que é um dos fatores mais preocupantes. O desemprego aumentou com a evolução das máquinas agrícolas, que em seu processo potencializa o trabalho em menos tempo e sem necessidade de envolvimento de muitas pessoas (ILARIO, 2013).

Além disso, com o aumento da necessidade de os agentes financeiros serem competitivos devido à abertura do mercado nacional e oportunidades de exportação, empresas estão buscando alternativas de se diferenciar, desenvolvendo ações de responsabilidade socioambiental. Vê-se que o processo de globalização tem afetado o mercado de trabalho de países desenvolvidos, este contexto perverso cria um cenário multiplicador bem conhecido por todo o mundo: a escassez, miséria, violência e outros agravantes sociais. Nesse contexto, segundo o profissional responsável pelo setor do Meio Ambiente da AIBA, à AIBA possui planejamento estratégico da empresa que leva em consideração a sustentabilidade em forma de projetos e ações que visam promover o desenvolvimento sustentável e econômico da região para garantir a continuidade da atividade produtiva.

Ao analisar o PIB nos municípios de Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desiderio, a Figura 9 representa a evolução de forma positiva praticamente em todos os anos nestes municípios. O PIB crescendo de forma exponencial devido ao apoio do Estado, através de programas de subsídios para o fortalecimento do agronegócio. De forma peculiar, a cidade de Formosa do Rio Preto, São Desiderio e Correntina apresentam crescimento menos expressivo

comparada à cidade de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, representando mais uma vez o crescimento desigual nos municípios do oeste baiano.

FIGURA 10: Evolução do PIB No Oeste Da Bahia.



Fonte: REIS (2014).

De acordo com Brannstrom (2015) a AIBA a partir dos editais lançados com a criação do FUNDESIS visando o desenvolvimento social onde o agronegócio está inserido, apoia pequenas obras e aquisição de equipamentos, para as entidades que cuidam de idosos, crianças de ruas, capacitação profissional, dentre outros. Mas, nos Anuários usam imagens de crianças como objeto de política de sustentabilidade. Nos balanços financeiros do FUNDESIS destaca também o apoio dos produtores rurais do Oeste ao “desenvolvimento social”, além do econômico, procurando a “inclusão de mais pessoas da Região [Oeste] no amplo desenvolvimento” (BRANNSTROM, 2015, p. 100).

De igual modo, os estudos de Pina e Mondardo (2013) constataram que o modelo do setor agroindustrial desenvolvido na cidade de L.E.M. não está trazendo o desenvolvimento social e nem tornando que as disparidades sociais sejam menos recorrentes nessa localidade. Igualmente na região de São Desiderio, é questionável que em 2010 alcançou o PIB de R$ 1,1 bilhão, ocupando posição de destaque no que tange ao agronegócio e usar o termo de crescimento e desenvolvimento como sinônimo de desenvolvimento social, ainda de acordo com os mesmos autores a população desse município é pobre e vive com a falta de infraestrutura adequada, de igual modo, percebe-se que o crescimento econômico não se reverte em desenvolvimento social (PINA; MONDARDO, 2013).

Esses dados confrontam também com a fala do responsável pelo setor do Meio Ambiente da AIBA, pois economicamente o agronegócio vem obtendo êxito nesses últimos anos, não refletindo no desenvolvimento social das pessoas que residem nessas localidades, ficando apenas à margem desse desenvolvimento. Não sendo condizente quando fala que visa ao desenvolvimento sustentável e econômico da região. Sendo assim, esse desenvolvimento só é apenas relacionado às teias do agronegócio.

Com o êxito do desenvolvimento do agronegócio a Região Oeste da Bahia sofreu o processo do êxodo rural e que historicamente está sendo definida a atração que a cidade exerce sobre o campo. Vale ressaltar que o agronegócio não criou a pobreza, mas ele propiciou a aglomeração de pessoas que antes do surgimento do agronegócio a população era relativamente baixo e com esse advento culminou na formação de periferias passando a acomodar um expressivo número de pessoas o que resultou num processo de urbanização excludente (PINA; MONDARDO, 2013).

Segundo o estudo de Miranda e Dias (2019) constataram que no município de Barreiras os moradores do Bairro Cascalheira e São Sebastião destes 68% são oriundos de outras cidades e 32% nascidos em Barreiras. Esses dados evidenciam que essas populações têm origem na imigração sendo que o principal motive dessa imigração foi a oportunidade de emprego/trabalho, sendo que 50% da Cascalheira e 70% do São Sebastião. De acordo com os dados do questionário aplicado ao responsável pelo Setor Técnico do Meio Ambiente, a Associação possui impactos em comunidades tradicionais, os impactos de modo positivo se configuram através da oferta de trabalho, transferências de recursos e conhecimento na capacitação para o mercado de trabalho. Em contrapartida, os impactos negativos se devem a utilização dos recursos hídricos e a especulação imobiliária. A AIBA divulga as suas informações em veículos internos de comunicação, anuários, AIBA Rural, mídias locais e regionais.

Nos dados da Tabela 2, a modernização no espaço agrícola do oeste baiano teve uma forte projeção espacial, principalmente no que se refere ao crescimento demográfico das cidades do agronegócio. A amostra foi feita a partir da década de 1991 até 2010 e revelou que esse crescimento aconteceu de forma desigual em cada município. A cidade de Barreiras, São Desiderio e Vitória da Conquista tiveram um crescimento acentuado juntamente com a cidade de Luís Eduardo Magalhães apesar desta última ter se emancipado no ano 2000, apresentou um crescimento exponencial com uma população de 60.105 habitantes em apenas 10 anos, devido à modernização

da agricultura ocorrer nessas localidades de forma mais aguda, já denominada de cidade do agronegócio.

TABELA 2 – Evolução demográfica – 1991 – 2010.

Cidades	1991	2000	2010
Angical	16.051	14.695	14.073
Baianópolis	13.825	12.161	13.850
Barreiras	92.639	131.335	137.427
Bom Jesus da Lapa	48.909	54.359	63.480
Correntina	28.005	30.580	31.249
Formosa do Rio Preto	15.418	18.278	22.528
Luís Eduardo Magalhães	***	***	60.105
Mansidão	10.289	11.043	12.592
Riachão das Neves	20.281	21.966	21.937
Santana	24.670	24.137	24.750
Santa Maria da Vitória	41.527	41.261	40.309
Santa Rita de Cássia	23.239	23.973	26.250
São Desidério	18.976	19.006	27.659
Tabocas do Brejo Velho	11.280	12.615	11.431

***Cidade nesse período não emancipada.

Fonte: Adaptado do IBGE - 1991, 2000, 2010.

De acordo com o Relatório Balanço Financeiro do FUNDESIS (2016), pensando no desenvolvimento social das localidades onde o agronegócio se faz presente no oeste baiano, o FUNDESIS financia entidades filantrópicas que desenvolvam atividades nas seguintes áreas de atuação: inclusão social e digital; educação, cultura e esporte; geração de renda e empreendedorismo; saúde preventiva; preservação e educação ambiental e agricultura sustentável. O valor total investido nessas ações de “desenvolvimento social” corresponde à R$ 3.638.676 investidos em 13 cidades da região Oeste da Bahia, com o total de 100 projetos aprovados e executados durante os 14 anos de sua criação.

Ainda segundo o Relatório do Balanço Financeiro do FUNDESIS (2016) os resultados dos projetos alcançaram resultados positivos através de ações educativas e desenvolvimento de potencialidades das pessoas envolvidas direta ou indiretamente através dos projetos aprovados; aumentando o número de atendimento nas entidades, espaços estruturados e adequados para o desenvolvimento das atividades beneficiadas pelo Fundo. A economia dos municípios beneficiados através dos editais, sofreu alterações, pois contribuiu para o desenvolvimento do mercado local através de serviços e profissionais contratados para a execução dos projetos de caráter temporário e fixo.

De acordo com os estudos de Santos (2008) ficou constatado que no município de L.E.M. as contradições são elevadas, pois de um lado espalham propagandas que leva a crer que o município é próspero econômica e socialmente, e que quase não existem disparidades sociais pois estas, não são realçadas comparadas ao progresso agrícola no Cerrado. Desde à ocupação do Cerrado há mais de três décadas, ainda se depara nos bairros com uma parcela da população que se encontra desempregada e trabalhadores que exercem atividades de uma economia desumanizada.

O crescimento populacional aliado ao agronegócio não representou o desenvolvimento econômico dessas localidades, conforme mostra na Tabela 3, apresentando os dados quantitativos de famílias cadastradas no Cadastro Único (CADÚNICO) por município.

TABELA 3 – Famílias cadastradas no Cadastro Único por município.

Cidades	Famílias Cadastradas 08/2020	De R$0,00 até R$89,00	De R$89,01 até R$178,00	De R$178,01 até R$ ½ Sal. Min.	Acima de ½ Sal. Min.
Angical	3.957	64%	2%	10%	24%
Baianópolis	3.957	69%	3%	12%	17%
Barreiras	24.594	37%	17%	24%	21%
Bom Jesus da Lapa	14.634	54%	9%	20%	17%
Correntina	7.659	62%	3%	16%	19%
Formosa do Rio Preto	5.982	64%	5%	15%	15%
Luís Eduardo Magalhães	15.605	69%	8%	12%	11%
Mansidão	4.023	65%	1%	8%	26%
Riachão das Neves	6.460	75%	2%	5%	17%
Santana	7.429	50%	6%	16%	27%
Santa Maria da Vitória	10.687	59%	2%	17%	21%
Santa Rita de Cássia	8.740	74%	2%	9%	16%
São Desidério	7.090	77%	3%	8%	12%
Tabocas do Brejo Velho	3.252	49%	6%	21%	24%

FONTE: Adaptado do SAGI (2020).

Ao analisar o percentual de cada município, percebe-se que Angical, Baianópolis, Barreiras, L.E.M., Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desiderio apresentaram índices com maior elevação de pobreza. Sendo que os maiores percentuais apresentados foram relativamente a famílias que sobrevivem com até R$89,00 mensais e as famílias que sobrevivem com R$89,01 até R$178,00 ainda apresenta níveis elevados se comparados com os percentuais de famílias que recebem meio salário mínimo e acima de meio salário mínimo. Como descrito por

Oliveira (2008) a pobreza não é sinônimo de desigualdade social, visto que pode haver uma sociedade pobre e ter poucas desigualdades. Entretanto, grande parte da população não está em uma posição favorável pois muitas cidades apresentam um bom desenvolvimento econômico e muitas pessoas na condição de pobreza e de extrema pobreza.

O agronegócio mudou a configuração da região Oeste, trazendo efeitos positivos para uma parte da população de modo seletivo, destacando-se os grandes fazendeiros, e uma elite composta por políticos e comerciantes os quais têm-se beneficiado com o desenvolvimento agroindustrial, sendo assim, são chamados de “anel da soja”. Ao contrário da maioria da população que sofre com os efeitos negativos deste desenvolvimento exacerbado, estão em um grupo chamado de “anel da pobreza” pois estes ficam à margem do desenvolvimento, sendo afetados principalmente pela falta de infraestrutura, renda, saúde, educação de qualidade, entre outros fatores que fazem com que a disparidade social esteja cada vez maior. Pois a região é rica de forma seleta beneficiando a grupos específicos (PINA; MONDARDO, 2013).

Ao passo que a produção agrícola vai se desenvolvendo, aumenta também as desigualdades econômicas e sociais entre os municípios do oeste baiano. Pois o desenvolvimento não é pautado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e produção de forma sustentável para com o meio ambiente. Ele é firmado em valores econômicos, que quanto mais se aumenta a produção agrícola maior será a lucratividade. Tais problemáticas não são resolvidas, pois, não possuem ações que solucionem de fato o problema só é lembrado o lado dos ganhos extraordinários da agricultura moderna, tentando justificar que o desenvolvimento econômico do agronegócio é sinal de prosperidade para a população. (SANTOS, 2008)

Para melhor analisarmos esse processo de desenvolvimento do modelo de expansão do agronegócio foi formulada a Tabela 4. Constatando que a geração de mais riqueza está interferindo nos direitos sociais básicos de cada indivíduo. Para a confecção da tabela foi considerada as informações dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o referente à educação (IDHM - E) e à renda (IDHM - R).

TABELA 4: Evolução dos Índices de Desenvolvimento Humano.

Índices	Barreiras			Correntina			Formosa do Rio Preto			Luís Eduardo Magalhães			São Desidério		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
IDHM*	0,408	0,572	0,721	0,279	0,442	0,603	0,376	0,449	0,618	0,391	0,547	0,716	0,272	0,398	0,579
IDHM-E**	0,196	0,414	0,668	0,196	0,414	0,668	0,175	0,241	0,536	0,147	0,325	0,590	0,077	0,199	0,449
IDHM-R***	0,585	0,641	0,695	0,454	0,504	0,575	0,512	0,572	0,576	0,667	0,700	0,754	0,442	0,485	0,584

*IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
**IDHM – E - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação
***IDHM – R - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda
Fonte: REIS (2014) *apud* PNUD (2013).

Há uma diferença notável entre o índice de educação e o de renda, demonstra que o índice de educação não está andando ao mesmo compasso do índice de renda, isso revela que há desigualdades existentes entre os municípios. Com exceção de Correntina que apresentou o índice de educação elevado ao de renda. As barreiras sociais e econômicas impedem que a sociedade da Região Oeste da Bahia evolua de forma igualitária. Portanto torna-se visível como a sociedade é heterogênea, pois o desdobramento do desenvolvimento econômico na região visa apenas a lucratividade para a elite do agronegócio. Assim, podemos observar que alguns bairros de Barreiras, São Desiderio e Luís Eduardo Magalhães, as desigualdades são facilmente perceptíveis quando levamos em comparação estas cidades com as demais cidades que compõem a região Oeste da Bahia (PINA; MONDARDO, 2013).

A insuficiente ação do Estado mediante as políticas públicas no enfrentamento das desigualdades sociais e ambientais advinda do modelo capitalista do agronegócio requer a criação de competências locais que possibilitem no planejamento de elaboração de projetos que visem sanar estas disparidades sociais, bem como analisar a *posteriori* de modo permanente em relação a população e os trabalhadores rurais, no caso do agronegócio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o perfil da agricultura brasileira mudou completamente após a adoção das práticas características da revolução verde, pois, modificou o modelo da agricultura tradicional pela agricultura modernizada com os pacotes tecnológicos. Assim, através da produção de larga escala e introdução de maquinários pesados nas indústrias agrícolas ao longo do tempo, nota-se por meio de fatores históricos cada vez mais relevância nas discussões sobre o Fundo Socioambiental, em específico o FUNDESIS. Por essa razão, tem particular importância quando se trata do seu papel socioambiental diante dos avanços ocorridos nas esferas sociais, ambientais e capitalistas.

Dessa forma, foi de suma importância discutir o papel socioambiental que o FUNDESIS exerce, pois evidenciou-se os avanços e também desafios enfrentados para o Oeste da Bahia, por meio de projetos sociais lançados e aprovados através de editais. Além de identificar as instituições associadas ao Fundo, abordando os dados de investimentos e municípios atendidos. E ainda, nesse movimento de pesquisa, verificou-se os procedimentos que são adotados para a aprovação de projetos de natureza social e ambiental.

A AIBA como uma das principais entidades representativas do agronegócio no Oeste da Bahia visando desenvolver a Responsabilidade Social de seus colaboradores criaram o FUNDESIS com o intuito de fomentar o desenvolvimento social para garantir a continuidade da atividade produtiva de modo que transformasse a vida das pessoas localizadas onde o agronegócio está inserido. Em decorrência dos impactos sociais visibilizados pela riqueza que o agronegócio produz, é momento de pensar em aumentar os valores do FUNDESIS para potencializar a sociedade civil com suas organizações não governamentais, para cuidar das situações de vulnerabilidade e risco social que acomete crianças, adolescentes, homens e mulheres, nesta região que produz tanta riqueza.

É de suma importância o FUNDESIS para as instituições beneficiadas que cumprem com o seu papel social na sociedade, porém, o Fundo não tem sido suficiente a ponto de afirmar que tem surtido efeito nas comunidades que estão às margens do desenvolvimento do agronegócio passando por séries problemas sociais e econômico. Pois, consequentemente quando o agronegócio faz um trabalho social ele acaba investindo muito à quem (entidades filantrópicas) de seus ganhos,

investindo à quem já faz o trabalho social, o balanço ambiental não é considerado, ou seja, a riqueza que ele produz, o que ele desenvolveu, que danos provocou para fazer essa riqueza?

Para tanto, ao analisar o Fundo, foi considerado as três dimensões da sustentabilidade social: ambiental, econômica e o impacto socioambiental provocado pelo FUNDESIS. Diante disso, vale ressaltar que negar a importância das discussões dos Fundos Socioambientais, pode significar uma aceleração do esgotamento dos recursos de produção acadêmica, como a produção científica, que tem como objetivo apropriar-se de a realidade para melhor analisá-la e, posteriormente, produzir transformações, revestindo-se de importância em posteriores usos acadêmicos. Espera-se que este trabalho contribua para o desenvolvimento de novos projetos na área do agronegócio com o intuito de alcançar as populações empobrecidas e dessa forma contribuir para a estabilidade socioeconômica.

REFERÊNCIAS

ABAPA. Região Oeste concentra mais de um terço de toda riqueza agrícola da Bahia, 2015. Disponível em: https://abapa.com.br/mais-noticias/regiao-oeste-concentra-mais-de-um-terco-de-toda-riqueza-agricola-da-bahia/. Acesso em: 08 dez. 2020.

AIBA. Instituto AIBA é declarado entidade de “Utilidade Pública”. 2019. Disponível em: http://aiba.org.br/noticias/instituto-aiba-e-declarado-entidade-de-utilidade-publica/#.XdbQqJBv8ez. Acesso em: 07 dez. 2020.

AIBA. Sobre a AIBA e o agronegócio no Oeste baiano, 2019. Disponível em: aiba.org.br/a-aiba. Acesso em: 28 ago. 2019.

ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. Revolução Verde e a apropriação capitalista. **CES Revista,** v.21, p. 43-56, 2007.

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão Socioambiental no Brasil**: Uma Análise Ecocêntrica**.** 2. ed. Curitiba: Editora Ibpex, 2012.

BRANNSTROM, C. Sustentabilidade em função do uso não sustentável dos recursos naturais no oeste baiano e Eagle Ford Texano. **Mercator,** v. 14, n. 1, p. 89-104, 2015.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera**, v. 5, n.7, p. 1-12, 2012.

CASTILLO, R.; ELIAS, D.; PEIXINHO, D.; BUHLER, E-A.; PEQUENO, R.; FREDERICO, S. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Anpege**, v. 12, n. 18, p. 265-288.

CMMAD – **Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento**. Nosso Futuro Comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1991.

DATASUS. Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* segundo Município. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def. Acesso em: 07 dez. 2020.

DIAS, R. **Gestão Ambiental:** Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

DOMENICO, D. Práticas de responsabilidade socioambiental nas empresas de capital aberto de Santa Catarina listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 14, n. 42, p. 70-84, 2015.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

ELIAS, D; PEQUENO, R. DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NAS CIDADES DO AGRONEGÓCIO. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** v. 9. n. 1, p. 25-39, 2007.

FIAN. Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras: O caso do MATOPIBA, Brasil. **Matopiba Report**, 2018.

FREDERICO, S. Desvendando o agronegócio: financiamento agrícola e o papel estratégico do sistema de armazenamento de grãos. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, v. 14, n. 1, p. 47-62, 2010.

FUNDESIS. Projetos Sociais. 2012. Disponível em: http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Projetos-Sociais-Fundesis.pdf. Acesso em: 06 jun.2019.

FUNDESIS. Relatório de Execução: Biênio 2007/2008. 2008. Disponível em: http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Revista-de-Resultados-do-Fundesis-2-edicao-edital-2007-2008.pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

FUNDESIS. Relatório de Execução: Biênio 2015/2016**.** 2016. Disponível em: http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2017/07/revista_fundesis_sequencia_branco.pdf. Acesso em: 05 dez. 2020.

FUNDESIS. Balanço 2017/2018. 2019. Disponível em: http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Cartilha-Fundesis-2019-Digital.pdf. Acesso em: 05 dez. 2020.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GREENPEACE. **Segure a Linha: A expansão do agronegócio e a disputa pelo Cerrado**. São Paulo, 2018.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do" agronegócio" no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-176, 2010.

IBGE. Censo demográfico 2010: Sinopse do censo demográfico**.** Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=29&dados=0. Acesso em: 07 dez. 2020.

IBGE. Censo demográfico: Sinopse preliminar do censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7. 2000.

IBGE. Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

ILARIO, C. G. A região agrícola competitiva do Oeste Baiano. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, p. 117-137, 2013.

IPEA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas, v. 3. Brasília: Ipea, 2010.

KARNOPP, E. OLIVEIRA, V. S. Agronegócio e agricultura familiar: reflexões sobre sistemas produtivos do espaço agrário brasileiro. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 215-228, 2012.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUZ, V.; CBHSF: O que será, que será? 2017. Disponível em: https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/destaques-capa/o-que-sera-que-sera/. Acesso em: 14 dez. 2020.

MATOS, R. Migração e urbanização no Brasil. **Geografias: artigos científicos**, v. 1, n. 8, p. 7-23, 2012.

MENEZES, W. G. M. D. **Globalização e Fragmentação: a agricultura científica em Formosa do Rio Preto – Bahia**. Orientadora: Maria Auxiliadora da Silva. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MESQUITA, B. A. Contribuição governamental na ascensão do modelo agroexportador do agronegócio e suas consequências sociais e ambientais. **Revista de Políticas Públicas**, p. 135-147, 2016.

MESQUITA, B. A. Demanda por alimentos e as consequências na Amazônia Brasileira: “sucesso” do agronegócio e tragédia do desmatamento. p. 1-23, 2009.

MIRANDA, M. A. M.; DIAS, L. I. S. Agronegócio e Periferia em Barreiras/BA. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Espírito Santo. **Anais** [...]. Espírito Santo: UFES, 2019. p. 1-21.

MONDARDO, M. L. A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras-BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócioterritoriais. **Revista Nera**, n. 17, p. 112-130, 2010.

MONDARDO, M. L. Territórios precários: desequilíbrios entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social no Oeste da Bahia. **Acta geográfica**, v. 7, n. 15, p. 85-101, 2013.

MOURA, B. C. D.; LAVORATTI, J. T. Disparidades Socioeconômicas no Contexto Agrícola do Oeste Baiano *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: UFU, 2012. 1-18 p.

OMETTO, M. P.; BULGACOV, S.; MAY, M. R. A efetividade dos estrategistas da responsabilidade social empresarial. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 423-441, 2015.

PAES, C. F.; MONGABAY: Grilagem no Cerrado baiano resvala na Cargill e em fundo de pensão dos EUA, 2020. Disponível em: https://brasil.mongabay.com/2020/12/grilagem-no-cerrado-baiano-resvala-na-cargill-e-em-fundo-de-pensao-dos-eua/. Acesso em: 14 dez. 2020.

PASSOS, A.L.O.; ROCHA, S.S.; HADLICH, G.M. Evolução do Uso do Solo e Agronegócio na Região Oeste do Estado da Bahia. **Cadernos de Geociências**, n. 7, 2010.

PINA, N. V. M.; MONDARDO, M. L. Duas faces, uma região: da pujança do agronegócio à pobreza e precariedade das populações locais no oeste da Bahia. **REVISTA GEONORTE**, v. 4, n. 12, p. 1522-1533, 2013.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995.

QUIRINO, F.; Relatório sobre o Matopiba aponta impactos ambientais e sociais da financeirização de terras, 2018. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/relatorio-sobre-o-matopiba-aponta-impactos-da-financeirizacao-de-terras/. Acesso em: 14 dez. 2020.

RAMOS, J. R. N. S.; SANTOS, F. S.; NETO, P. P. de A. Limitações na responsabilidade socioambiental no agronegócio do Oeste baiano. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade,** v. 4, n. 1, p. 30-45, 2015.

REIS, S. L. S. **Desenvolvimento e natureza: a dinâmica de ocupação do cerrado e repercussões ambientais na região agroexportadora do oeste baiano**. Orientador: Marco Antônio Tomasoni. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

REPÓRTER BRASIL. O BNDES e sua política socioambiental: uma crítica sob a perspectiva da sociedade civil organizada. São Paulo, p. 1-26, 2011.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, v. 7, n. 4, p.129-148, 2008.

SAGI. Cadastro Único: Conhecer para incluir. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/painel.html. Acesso em: 07 dez. 2020.

SANTOS, C. C. M. Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital. **Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 76-108, 2008.

SANTOS, C. D.; CHAVES, M. L. J. Difusão do agronegócio e urbanização no Nordeste: as regiões produtivas do agronegócio da soja no oeste da Bahia e da fruticultura no baixo curso do rio Açu/Jaguaribe (CE/RN). **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 18, n. 2, p. 39-56, 2014.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1978.

SANTOS, R. C. E. A apropriação do Cerrado baiano pelo agronegócio: novos usos do território e as mudanças socioeconômicas e socioespaciais. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 20, n. 3, p. 8-17, 2016.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos. 2004.

SANTOS, S. A.; GOMES, A. S.; PIRES, M. M.; GOMES, R. L. Estrutura fundiária na Bahia, Brasil: uma análise sob a ótica do índice de Gini. **Sociedade & Natureza**, v. 32. SN, p. 614-625, 2020.

SEI. Texto para Discussão: Cidades do Agronegócio no Oeste Baiano. **Publicações SEI**, n. 13, 2017.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental**: Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental. 1. ed. São Paulo: Atlas. 2009.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**: Estratégia de Negócios Focadas na Realidade Brasileira. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2011.

TALIARINE, A. B.; RAMOS, D. J.; FAVORETTO, J. R. A importância da gestão no agronegócio brasileiro. **Revista Perspectiva em Gestão, Educação & Tecnologia,** v.4, n. 8, 2015.

TERRA. Economia: Renda per capita de todas as cidades. 2013. Disponível em: https://economia.terra.com.br/infograficos/renda/. Acesso em: 15 dez. 2020.

APÊNDICE (A)

Questionário

1- A Associação apoia o desenvolvimento de ações sociais mediante doações de produtos, recursos financeiros ou cessão de instalações para o desenvolvimento de projetos sociais próprios?

- ☐ Sim
- ☐ Não

2- Manifesta compromisso socioambiental em suas estratégias corporativas (visão, missão, etc.)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

3- É incentivada a contratação de fornecedores locais (da região)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4- Possuem programas ou iniciativas voluntárias e/ou implementadas para o desenvolvimento da comunidade local?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se positivo, quais?

5- Monitoram ou mensuram o(s) impacto(s) gerado(s) na comunidade?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se positivo, quais?

6- Houve necessidade de desapropriação/deslocamento da população?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7- Possuem impactos em comunidades tradicionais?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se positivo, quais?

8- Possuem impactos em áreas de proteção cultural?

- Sim
- Não

9- Promove cursos relacionados à responsabilidade social e ambiental para os seus associados?

- Sim
- Não

10- A empresa possui um responsável cuja principal atribuição é meio ambiente e/ou saúde e segurança?

- Sim, para meio ambiente
- Sim, para saúde e segurança
- Não possui para nenhuma das atribuições
- Possui para as duas ou atribuições

11- Inclui o tema sustentabilidade nas políticas corporativas da empresa?

- Sim
- Não

12- O planejamento estratégico da empresa leva em consideração a sustentabilidade?

- Sim
- Não

Se positivo, de que forma?

13- A empresa possui instrumentos ou padrões de gestão dos itens de sustentabilidade ou reporte socioambiental?

- Sim
- Não

Se positivo, qual (ais):

14- A empresa divulga externamente informações sobre as suas práticas socioambientais?

- Sim
- Não

Se positivo, como são divulgadas essas informações?

15- Quanto foi gasto (R$) aproximadamente pela Associação para melhoria de seu impacto ou promoção de iniciativas relativas ao meio ambiente nos últimos dois (02) anos? (Pergunta aberta)

16- Indique as ações tomadas pela Associação para investimentos relativos ao meio ambiente.

APÊNDICE (B)

Roteiro da Entrevista

1. Como foi criado o FUNDESIS?
2. Qual o objetivo do FUNDESIS?
3. O FUNDESIS possui normas técnicas de funcionamento? Se sim, qual?
4. Qual o papel socioambiental do FUNDESIS?
5. Qual o papel do Banco do Nordeste para o FUNDESIS?
6. Como é constituído as doações?
7. Quais os tipos de instituições que o FUNDESIS financia?
8. Qual a contribuição do FUNDESIS para o PIB nas localidades em que são financiados projetos socioambientais?